



# DIÁRIO DA ASSEMBLÉIA

## PODER LEGISLATIVO

Nº 092

CURITIBA, SEGUNDA-FEIRA, EM 11 DE AGOSTO DE 2008

ANO XXXIII

### *Mesa Executiva*

**NELSON JUSTUS**  
Presidente - Democratas

**ANTONIO ANIBELLI**  
1º Vice-Presidente - PMDB

**AUGUSTINHO ZUCCHI**  
2º Vice-Presidente - PDT

**FELIPE LUCAS**  
3º Vice-Presidente - PPS

**ALEXANDRE CURI**  
1º Secretário - PMDB

**LUCIANA RAFAGNIN**  
2ª Secretária - PT

**LUIZ ACCORSI**  
3º Secretário - PSDB

**CIDA BORGHETTI**  
4ª Secretária - PP

**CHICO NOROESTE**  
5º Secretário - PR

**ABIB MIGUEL**  
Diretor Geral

### *Lideranças*

*Líder do Governo ..... Luiz Claudio Romanelli*  
*Líder da Oposição ..... Elio Rusch*  
*PMDB ..... Waldyr Pugliesi*  
*PSDB ..... Ademar Traiano*  
*Partido Democratas ..... Plauto Miró*  
*PT ..... Péricles de Mello*  
*PP ..... Duílio Genari*  
*PDT ..... Luiz Carlos Martins*  
*Bloco PPS/PMN ..... Douglas Fabrício*  
*Bloco PSB/PRB/PV ..... Pastor Edson Praczyk*  
*Bloco PTB/PR ..... Jocelito Canto*

### *Representação Partidária*

**PMDB** - 16: Alexandre Curi - Antonio Anibelli - Artagão Júnior - Beti Pavin - Caíto Quintana - Cleiton Kielse - Dobrandino da Silva - Edson Strapasson - Jonas Guimarães - Luiz Claudio Romanelli - Luiz Eduardo Cheida - Mauro Moraes - Nereu Moura - Stephanes Júnior - Teruo Kato - Waldyr Pugliesi; **PSDB** - 07: Ademar Traiano - Francisco Bühner - Luiz Accorsi - Luiz Fernandes Litro - Luiz Nishimori - Miltinho Pupio - Valdir Rossoni; **PT** - 06: Elton Welter - Enio Verri - Luciana Rafagnin - Pedro Ivo - Péricles de Mello - Tadeu Veneri; **Partido Democratas** - 05: Durval Amaral - Elio Rusch - Nelson Justus - Osmar Bertoldi - Plauto Miró; **PP** - 04: Antonio Belinati - Cida Borghetti - Duílio Genari - Ney Leprevost; **PDT** - 04: Augustinho Zucchi - Edgar Bueno - Geraldo Cartário - Luiz Carlos Martins; **PPS** - 03: Alysson Wandscheer - Douglas Fabrício - Marcelo Rangel; **PTB** - 02: Fábio Camargo - Jocelito Canto; **PSB** - 02: Reni Pereira - Ribas Carli Filho; **PR** - 02: Carlos Simões - Chico Noroeste; **PRB** - 01: Pastor Edson Praczyk; **PMN** - 01: Dr. Batista; **PV** - 01: Rosane Ferreira.

## SUMÁRIO

### **DIÁRIO Nº 092**

### **84ª SESSÃO ORDINÁRIA**

#### **SUMÁRIO**

<b>Mesa Executiva .....</b>	<b>02</b>
<b>Presenças .....</b>	<b>02</b>
<b>Abertura da Sessão .....</b>	<b>02</b>
<b>Expediente:</b>	
Mensagens .....	03
Ofícios.....	06
Indicações .....	07
Requerimentos .....	08
<b>Pequeno Expediente:</b>	
Dep. Tadeu Veneri.....	12
Dep. Antonio Belinati .....	13
Dep. Péricles de Mello.....	14

Dep. Plauto Miró .....	16
Horário das Lideranças:	
Liderança do PT	
Dep. Péricles de Mello.....	15

#### **Ordem do Dia:**

Leitura do Expediente .....	17
Discussão/Votação	
2ª Discussão (Votação em).....	18
Redação Final .....	18
1ª Discussão .....	19
Requerimentos .....	24

#### **Encerramento da Sessão .....24**

#### **Publicações:**

Atas de Comissões	
Constituição e Justiça .....	25
Finanças .....	25

### **DIÁRIO Nº 092**

### **84ª SESSÃO ORDINÁRIA**

#### **2ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 16ª LEGISLATURA ATA DA 84ª SESSÃO ORDINÁRIA REALIZADA EM 11 DE AGOSTO DE 2008**

(segunda-feira)

#### **Mesa Executiva:**

Presidência do Sr. Deputado Nelson Justus, secretariado pelo Sr. Deputado Teruo Kato e pela Sra. Deputada Luciana Rafagnin.

#### **Presenças:**

À hora regimental é registrada a presença dos seguintes Srs. Deputados: Nelson Justus, Antonio Anibelli, Augustinho Zucchi, Alexandre Curi, Luciana Rafagnin, Cida Borghetti, Ademar Traiano, Alysson Wandscheer, Antonio Belinati, Artagão Júnior, Caíto

Quintana, Carlos Simões, Cleiton Kielse, Dobrandino da Silva, Durval Amaral, Edson Strapasson, Elio Rusch, Fábio Camargo, Francisco Bühner, Jocelito Canto, Jonas Guimarães, Luiz Carlos Martins, Luiz Claudio Romanelli, Luiz Eduardo Cheida, Luiz Nishimori, Marcelo Rangel, Mauro Moraes, Miltinho Pupio, Nereu Moura, Osmar Bertoldi, Pastor Edson Praczyk, Péricles de Mello, Plauto Miró, Stephanes Júnior, Tadeu Veneri, Teruo Kato, Valdir Rossoni e Waldyr Pugliesi (38).

Ausentes os Srs. Deputados: Luiz Accorsi, Chico Noroeste, Beti Pavin, Douglas Fabrício, Dr. Batista, Duílio Genari, Edgar Bueno, Elton Welter, Enio Verri, Geraldo Cartário, Luiz Fernandes Litro, Ney Leprevost, Pedro Ivo, Reni Pereira e Ribas Carli Filho (15).

Em licença a Sra. Deputada Rosane Ferreira (01).

Verificada a existência de número legal, o Sr. Presidente declara aberta a Sessão.

#### **Abertura da Sessão:**

O SR. PRESIDENTE (**Nelson Justus**)

Sob a proteção de Deus, iniciamos os nossos trabalhos.

**A SRA. 2ª SECRETÁRIA**

Procede à leitura da Ata da Sessão anterior, a qual foi aprovada conforme parágrafo 1º do artigo 88, do Regimento Interno.

**O SR. 1º SECRETÁRIO**

Procede à leitura do seguinte

***Expediente:******Mensagens***

MENSAGEM Nº 023/08

Curitiba, 11/08/08.

Senhor Presidente:

Tenho a honra de encaminhar a V. Exa., para ser apreciado por essa augusta Assembléia Legislativa, o incluso anteprojeto de lei que objetiva reestruturar os Anexos VII e VIII, da Lei nº 15843, de 21/05/08, conforme especifica e adotar outras providências.

A Lei nº 15843 de 21/05/08, concedeu índice geral de 5% na referência salarial inicial das tabelas de vencimento básico, a todas as carreiras estatutárias civis e militar do Poder Executivo.

A justificativa do encaminhamento do presente anteprojeto de lei, que altera os vencimentos do Quadro Próprio do Magistério e Quadro Único de Pessoal do Poder Executivo do Estado do Paraná, é a observância do disposto no inciso VIII do artigo 60 da Constituição Federal, incluído pela Emenda Constitucional nº 053/06, que estabelece que a vinculação de recursos à manutenção e desenvolvimento do ensino, estabelecida no artigo 212 da Constituição Federal, suportará no máximo 30% (trinta por cento) da complementação da união.

Serão abrangidos os professores do Quadro Próprio do Magistério - QPM, Quadro Único de Pessoal - QUP e os Contratados sob Regime Especial - CRES.

O custo mensal da folha de pagamento de pessoal do Poder Executivo é de R\$ 565 milhões, sendo R\$ 174 milhões o custo dos professores ativos e inativos, da rede de ensino fundamental, do Quadro do Magistério, Quadro Único de Pessoal e com Contrato de Regime Especial, incluído o Auxílio Transporte.

A medida representa um acréscimo de despesa de R\$ 11.470 mil para os ativos, R\$ 6.270 mil para os inativos e R\$ 1.570 mil para o Auxílio Transporte, totalizando R\$ 19.310 mil, o que refletirá num impacto em torno de 33,4% sobre o total da folha de pagamento do Poder Executivo.

A proposta abrangerá cerca de 110.524 (cento e dez mil, quinhentos e vinte e quatro) professores ativos, inativos, pensionistas e regime especial.

O aumento de despesa, decorrente desta implantação será do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação - FUNDEB.

Certo de que a medida merecerá dessa Colenda Casa o necessário apoio e aconseqüente aprovação, reitero a V. Exa. os meus protestos de apreço e consideração.

(aa) ROBERTO REQUIÃO

Governador do Estado

**ANTEPROJETO DE LEI**

Art. 1º Os Anexos VII e VIII da Lei 15843 de 21/05/08, ficam reestruturados passando a vigorar na forma dos Anexos I e II desta lei.

§ 1º O disposto nesta lei aplica-se aos inativos e geradores de pensão, inclusive àqueles alcançados pela Emenda Constitucional Federal nº 041/03.

§ 2º O disposto nesta lei aplica-se aos professores com Contrato de Regime Especial - CRES.

Art. 2º A ParanaPrevidência tomará as medidas administrativas necessárias ao cumprimento do contido no parágrafo do artigo 1º desta lei.

Art. 3º Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, com efeitos financeiros condicionados à disponibilidade orçamentário - financeira, ao comportamento da receita, segundo o que será atestado pelas Secretarias de Estado do Planejamento e Fazenda, no estrito e rigoroso cumprimento da execução orçamentária e às disposições da Lei Complementar Federal nº 101/00.

**À Diretoria Legislativa.**

**ANEXO I****VENCIMENTO BÁSICO DA CARREIRA DO QUADRO PRÓPRIO DO MAGISTÉRIO - QPM**

**Auxílio Transporte 24% do Nível I - Classe 5 (Art. 26) R\$ 203,09**

Tab. Jornada 20 hor.	CLASSES										
Níveis	1	2	3	4	5	6	7	8	9	10	11
Nível III	1.488,39	1.562,81	1.640,95	1.722,99	1.809,14	1.899,60	1.994,58	2.094,31	2.199,03	2.308,98	2.424,43
Nível II/G7	870,23	913,74	959,43	1.007,40	1.057,77	1.110,66	1.166,19	1.224,50	1.285,72	1.350,01	1.417,51
Nível I/F6 Ingresso	696,18	730,99	767,54	805,92	846,22	888,53	932,95	979,60	1.028,58	1.080,01	1.134,01
Nível Especial III/E5	591,76	621,34	652,41	685,03	719,28	755,25	793,01	832,66	874,29	918,01	963,91

Nível Especial II/D4	522,14	548,24	575,66	604,44	634,66	666,39	699,71	734,70	771,43	810,01	850,51
Nível Especial I/C3	487,33	511,69	537,28	564,14	592,35	621,97	653,07	685,72	720,01	756,01	793,81

**Auxílio Transporte 24% do Nível I - Classe 5 (Art. 26) R\$ 406,18**

<b>Tab. Jornada 40 hor.</b>	<b>CLASSES</b>										
<b>Níveis</b>	<b>1</b>	<b>2</b>	<b>3</b>	<b>4</b>	<b>5</b>	<b>6</b>	<b>7</b>	<b>8</b>	<b>9</b>	<b>10</b>	<b>11</b>
Nível III	2.976,77	3.125,61	3.281,89	3.445,99	3.618,29	3.799,20	3.989,16	4.188,62	4.398,05	4.617,95	4.848,85
Nível II/G7	1.740,46	1.827,48	1.918,85	2.014,80	2.115,54	2.221,31	2.332,38	2.449,00	2.571,45	2.700,02	2.835,02
Nível I/F6	1.392,37	1.461,98	1.535,08	1.611,84	1.692,43	1.777,05	1.865,90	1.959,20	2.057,16	2.160,02	2.268,02
Nível Especial III/E5	1.183,51	1.242,69	1.304,82	1.370,06	1.438,57	1.510,49	1.586,02	1.665,32	1.748,59	1.836,01	1.927,82
Nível Especial II/D4	1.044,27	1.096,49	1.151,31	1.208,88	1.269,32	1.332,79	1.399,43	1.469,40	1.542,87	1.620,01	1.701,01
Nível Especial I/C3	974,66	1.023,39	1.074,56	1.128,29	1.184,70	1.243,94	1.306,13	1.371,44	1.440,01	1.512,01	1.587,61

**ANEXO II**  
**TABELA DE VENCIMENTO BÁSICO**  
**QUADRO ÚNICO DE PESSOAL - QUP - PROFESSOR ENQUADRADO**

	<b>Habilitação</b>	<b>Horas</b>	<b>Valor</b>
LP	LICENCIATURA PLENA	22	804,08
		15	548,24
		10	365,49
LC	LICENCIATURA CURTA	22	603,07
		15	411,18
		10	274,12
NL	NÃO LICENCIADO	22	536,05
		15	365,49
		10	243,65

**PROFESSOR REGIONALISTA E PROFESSOR SEM HABILITAÇÃO**

<b>Referência</b>	<b>Valor</b>
01	487,33
02	511,70
03	537,28
04	564,14
05	592,35
06	621,97
07	653,06
08	685,72

PROFESSOR REGIONALISTA E PROFESSOR SEM HABILITAÇÃO	
Referência	Valor
09	720,00
10	756,00
11	793,81

## MENSAGEM Nº 024/08

Curitiba, 11/08/08.

Senhor Presidente:

Tenho a honra de encaminhar a V. Exa., para ser apreciado por essa Assembléia Legislativa, o incluso anteprojeto de lei que objetiva alterar dispositivos das Leis nºs 11713, de 07/05/97 e 14825, de 12/09/05, conforme especifica e adotar outras providências.

A presente proposta é resultado do estudo de grupo de trabalho instituído pela Secretaria de Estado da Ciência, Tecnologia e Ensino Superior, com vistas a reformulações da Carreira Docente das Instituições Estaduais de Ensino Superior do Paraná (IEES/PR).

Este grupo de trabalho foi constituído por um representante de cada uma das cinco Universidades Estaduais (UEL, UEM, UEPG, UNICENTRO e UNIOESTE); um representante da Associação Paranaense das Instituições Estaduais de Ensino Superior do Paraná (APIESP), representando as 12 Faculdades Estaduais (EMBAP, FAP, FECEA, FALM, FECILCAM, FAFI, FAFIJA, FAEFIJA, FUNDINOPI, FAFIPAR, FAFIPA, FAFIUUV); um representante dos docentes por instituição, escolhidos pelas entidades de classe; um assessor do Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos (DIEESE); e representantes das Secretarias de Estado da Ciência, Tecnologia e Ensino Superior, da Administração e Previdência e do Planejamento e Coordenação Geral.

Buscou-se no presente anteprojeto a revisão da carreira docente do ensino superior, em conformidade com princípios que asseguram o reconhecimento da natureza do processo educativo, da função social e dos objetivos do sistema público estadual de ensino superior; a dinâmica dos processos de pesquisa, de ensino, de extensão e de administração; a qualidade do processo de trabalho e a vinculação ao planejamento estratégico e ao desenvolvimento organizacional das instituições, bem como sua integração com o desenvolvimento do estado do Paraná.

A instituição de apenas um nível na classe de professor auxiliar e o incentivo de 20% pelo título de especialista, estimularão os docentes em início de carreira a buscarem a promoção para outras classes por meio da titulação em programas de mestrado e doutorado.

A alteração do percentual interclasse de 25% para 15% do cargo de professor auxiliar para o de professor assistente objetiva a diminuição da diferença entre o maior e menor nível salarial da carreira.

As alterações propostas estão condicionadas à disponibilidade orçamentário - financeiro, ao comportamento da receita, que será atestada pelas Secretarias de Estado do Planejamento e Fazenda, no estrito e rigoroso cumprimento da execução orçamentária e às disposições da Lei Complementar Federal nº 101/00.

O custo mensal da folha de pagamento do pessoal do Poder Executivo é de R\$ 565 milhões, sendo R\$ 34 milhões o custo da folha de docentes ativos e inativos das instituições do ensino superior.

A implantação da reestruturação da carreira de docentes representa um acréscimo mensal de R\$ 6.294 milhões, o que refletirá num impacto de 18,36% na despesa com os docentes de ensino superior e 1,1% no total da folha de pagamento do Poder Executivo.

A medida beneficiará 10.250 docentes entre ativos, inativos, pensionistas.

Certo de que a medida merecerá dessa Colenda Casa o necessário apoio e conseqüente aprovação, reitero a V. Exa os meus protestos de elevado apreço e distinta consideração.

(a) ROBERTO REQUIÃO  
Governador do Estado

## ANTEPROJETO DE LEI

Art. 1º O inciso I do artigo 3º da Lei 11713, de 07/05/97, passa a vigorar com a seguinte redação:

“I - Professor auxiliar”

Art. 2º O inciso II do artigo 2º da Lei nº 14825, de 12/09/05, passa a vigorar com a seguinte redação:

“II - os percentuais interclasses serão de 15% (quinze por cento) do cargo de professor auxiliar para o cargo de professor assistente; 15% (quinze por cento) do cargo de professor assistente para o cargo de professor adjunto; 15% (quinze por cento) do cargo de professor adjunto para o cargo de professor associado; e de 10% (dez por cento) do cargo de professor associado para o cargo de professor titular.”

Art. 3º O parágrafo único do artigo 5º da Lei nº 11713, de 07/05/97, passa a vigorar com a seguinte redação:

“Parágrafo Único. Na hipótese do *caput* deste artigo, o professor auxiliar será enquadrado sempre no nível A da classe de professor assistente, ficando a data de sua promoção como data inicial de interstício para progressão interníveis.”

Art. 4º O parágrafo único do artigo 6º da Lei nº 11713, de 07/05/97, passa a vigorar com a seguinte redação:

“Parágrafo Único. Na hipótese do *caput* deste artigo, o professor auxiliar será enquadrado sempre no nível A da classe de professor adjunto, ficando a data de sua promoção como a data inicial de interstício para progressão interníveis.”

Art. 5º Fica revogado o artigo 7º da Lei nº 11713, de 07/05/97.

Art. 6º O inciso I do artigo 16 da Lei nº 11713, de 07/05/97, alterado pelo artigo 3º da Lei nº 14825, de 12/09/05, passa a vigorar com a seguinte redação:

“I - 20% sobre o vencimento básico de seu regime de trabalho, para detentores de título de Especialista.”

Art. 7º A tabela de vencimento básico da carreira do pessoal docente das instituições de ensino superior passa a vigorar na forma do anexo único desta lei.

Art. 8º esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, com efeitos financeiros condicionados à disponibilidade orçamentária - financeira, ao comportamento da receita, segundo o que será atestado pelas Secretarias de Estado do Planejamento e Fazenda, no estrito e rigoroso cumprimento da execução orçamentária e às disposições da Lei Complementar Federal nº 101/00.

**À Diretoria Legislativa.**

#### ANEXO ÚNICO DA CARREIRA DE PROFESSOR DE ENSINO SUPERIOR - IEES

CARGO	REGIME T-40	REGIME TIDE	REGIME	REGIME	REGIME	REGIME	REGIME	REGIME	REGIME
			T-34(1)	T-28(2)	T-24	T-20	T-12	T-10	T-09
PA PROF. AUXILIAR	1.525,98	<b>2.365,27</b>	1.297,08	1.068,19	915,59	762,99	457,79	381,50	343,35
PS1 PROF. ASSISTENTE A	1.754,88	<b>2.720,06</b>	1.491,65	1.228,41	1.052,93	877,44	526,46	438,72	394,85
PS2 PROF. ASSISTENTE B	1.807,52	<b>2.801,66</b>	1.536,39	1.265,27	1.084,51	903,76	542,26	451,88	406,69
PS3 PROF. ASSISTENTE C	1.861,75	<b>2.885,71</b>	1.582,49	1.303,22	1.117,05	930,87	558,52	465,44	418,89
PS4 PROF. ASSISTENTE D	1.917,60	<b>2.972,28</b>	1.629,96	1.342,32	1.150,56	958,80	575,28	479,40	431,46
PD1 PROF. ADJUNTO A	2.205,24	<b>3.418,12</b>	1.874,46	1.543,67	1.323,15	1.102,62	661,57	551,31	496,18
PD2 PROF. ADJUNTO B	2.271,40	<b>3.520,67</b>	1.930,69	1.589,98	1.362,84	1.135,70	681,42	567,85	511,06
PD3 PROF. ADJUNTO C	2.339,54	<b>3.626,29</b>	1.988,61	1.637,68	1.403,72	1.169,77	701,86	584,89	526,40
PD4 PROF. ADJUNTO D	2.409,73	<b>3.735,08</b>	2.048,27	1.686,81	1.445,84	1.204,86	722,92	602,43	542,19
PA1 PROF. ASSOCIADO A	2.771,19	<b>4.295,34</b>	2.355,51	1.939,83	1.662,71	1.385,59	831,36	692,80	623,52
PA2 PROF. ASSOCIADO B	2.854,32	<b>4.424,20</b>	2.426,17	1.998,03	1.712,59	1.427,16	856,30	713,58	642,22
PA3 PROF. ASSOCIADO C	2.939,95	<b>4.556,92</b>	2.498,96	2.057,97	1.763,97	1.469,98	881,99	734,99	661,49
PT PROF TITULAR	3.233,95	<b>5.012,62</b>	2.748,85	2.263,76	1.940,37	1.616,97	970,18	808,49	727,64

(1) REGIME DE TRABALHO APLICADO SOMENTE PELA UEL

(2) REGIME DE TRABALHO APLICADO SOMENTE PELA UEPG

**Ofício**

OFÍCIO Nº 076/08. ALEP/1ª SEC.

Curitiba, 11/08/08.

Senhor Presidente:

Solicito a V. Exa. seja autorizada a entrega de Menção Honrosa ao Cônsul da Argentina, o Sr. Emílio Neffa, no Grande Expediente, em Sessão Plenária, às 14h30 do dia 19 do mês corrente.

Justifica-se a homenagem devido a sua contribuição na intensificação das ações comerciais, ao estreitamento das ações bilaterais e ao fomento às atividades comerciais, econômicas e culturais entre Paraná e Argentina.

Atenciosamente

(a) ALEXANDRE CURI

## Indicações

### INDICAÇÃO Nº 180/08

#### SÚMULA:

Propõe ao Governador do Estado Roberto Requião e à Secretária da Educação a construção de quadra coberta na Escola Estadual Santa Esmeralda, no município de Santa Cruz do Monte Castelo.

Senhor Governador, Senhora Secretária da Educação:

O Deputado abaixo assinado, no uso de suas atribuições regimentais, após receber o apoio de seus Pares, REQUER seja aprovada a presente indicação, a fim de que seja proposto ao Sr. Governador do Estado e à Sra. Secretária da Educação que determinem a construção da quadra coberta na Escola Estadual Santa Esmeralda, no município de Santa Cruz do Monte Castelo, pelas razões abaixo especificadas.

Sala das Sessões, em 11/08/08.

(a) TERUO KATO

#### JUSTIFICATIVA:

O município de Santa Cruz do Monte Castelo, além de ser área carente de recursos de toda sorte, tem em sua Escola Estadual Santa Esmeralda uma referência não só para os estudantes, mas, principalmente, de toda a comunidade, por ser centro que agrega as faixas etárias dessa localidade.

Desnecessário, pois, descrever os benefícios que trarão a construção de uma quadra poliesportiva coberta nessa escola.

Em face disso, certos de poder contar com o apoio do Governo do Estado do Paraná, solicita-se o auxílio da Secretaria da Educação, a fim de que seja, afinal, construída a tão sonhada quadra coberta na Escola Estadual Santa Esmeralda.

### INDICAÇÃO Nº 181/08

#### SÚMULA:

Propõe ao Governador do Estado Roberto Requião e à Secretária da Educação a construção de quadra coberta na Escola Estadual Vale do Tigre, no município de Nova Londrina.

Senhor Governador, Senhora Secretária da Educação:

O Deputado abaixo assinado, no uso de suas atribuições regimentais, após receber o apoio de seus Pares, REQUER seja aprovada a presente indicação, a fim de que seja proposto ao Sr. Governador do Estado e à Sra. Secretária da Educação que determinem a construção da quadra coberta na Escola Estadual Vale do Tigre, no município de Nova Londrina, pelas razões abaixo especificadas.

Sala das Sessões, em 11/08/08.

(a) TERUO KATO

#### JUSTIFICATIVA:

O município de Nova Londrina, além de ser área carente de recursos de toda sorte, tem em sua Escola

Estadual Vale do Tigre uma referência não só para os estudantes, mas, principalmente, de toda a comunidade, por ser centro que agrega as faixas etárias dessa localidade.

Desnecessário, pois, descrever os benefícios que trarão a construção de uma quadra poliesportiva coberta nessa escola.

Em face disso, certos de poder contar com o apoio do Governo do Estado do Paraná, solicita-se o auxílio da Secretaria da Educação, a fim de que seja, afinal, construída a tão sonhada quadra coberta na Escola Estadual Vale do Tigre.

### INDICAÇÃO Nº 182/08

#### SÚMULA:

Propõe ao Governador do Estado Roberto Requião e à Secretária da Educação a construção de quadra coberta no Colégio Estadual Rui Barbosa, no município de Itaúna do Sul.

Senhor Governador, Senhora Secretária da Educação:

O Deputado abaixo assinado, no uso de suas atribuições regimentais, após receber o apoio de seus Pares, REQUER seja aprovada a presente indicação, a fim de que seja proposto ao Sr. Governador do Estado e à Sra. Secretária da Educação que determinem a construção da quadra coberta no Colégio Estadual Rui Barbosa, no município de Itaúna do Sul, pelas razões abaixo especificadas.

Sala das Sessões, em 11/08/08.

(a) TERUO KATO

#### JUSTIFICATIVA:

O município de Itaúna do Sul, além de ser área carente de recursos de toda sorte, tem em sua Escola Estadual Rui Barbosa uma referência não só para os estudantes, mas, principalmente, de toda a comunidade, por ser centro que agrega as faixas etárias dessa localidade.

Desnecessário, pois, descrever os benefícios que trarão a construção de uma quadra poliesportiva coberta nessa escola.

Em face disso, certos de poder contar com o apoio do Governo do Estado do Paraná, solicita-se o auxílio da Secretaria da Educação, a fim de que seja, afinal, construída a tão sonhada quadra coberta na Escola Estadual Rui Barbosa.

### INDICAÇÃO Nº 183/08

#### SÚMULA:

Propõe ao Governador do Estado Roberto Requião e à Secretária da Educação a construção de quadra coberta no Colégio Estadual Humberto de Campos, no município de Querência do Norte.

Senhor Governador, Senhora Secretária da Educação:

O Deputado abaixo assinado, no uso de suas atribuições regimentais, após receber o apoio de seus Pares, REQUER seja aprovada a presente indicação, a fim de

que seja proposto ao Sr. Governador do Estado e à Sra. Secretária da Educação que determinem a construção da quadra coberta no Colégio Estadual Humberto de Campos, no município de Querência do Norte, pelas razões abaixo especificadas.

Sala das Sessões, em 11/08/08.

(a) TERUO KATO

#### JUSTIFICATIVA:

O município de Querência do Norte, além de ser área carente de recursos de toda sorte, tem no Colégio Estadual Humberto de Campos uma referência não só para os estudantes, mas, principalmente, de toda a comunidade, por ser centro que agrega as faixas etárias dessa localidade.

Desnecessário, pois, descrever os benefícios que trarão a construção de uma quadra poliesportiva coberta nessa escola.

Em face disso, certos de poder contar com o apoio do Governo do Estado do Paraná, solicita-se o auxílio da Secretaria da Educação, a fim de que seja, afinal, construída a tão sonhada quadra coberta no Colégio Estadual Humberto de Campos.

#### INDICAÇÃO Nº 184/08

#### SÚMULA:

Propõe ao Governador do Estado Roberto Requião e à Secretária da Educação a construção de quadra coberta na Escola Estadual Ary João Dresch, no município de Nova Londrina.

Senhor Governador, Senhora Secretária da Educação:

O Deputado abaixo subscrito, no uso de suas atribuições regimentais, após receber o apoio de seus Pares, REQUER seja aprovada a presente indicação, a fim de que seja proposto ao Sr. Governador do Estado e à Sra. Secretária da Educação que determinem a construção da quadra coberta na Escola Estadual Ary João Dresch, no município de Nova Londrina, pelas razões abaixo especificadas.

Sala das Sessões, em 11/08/08.

(a) TERUO KATO

#### JUSTIFICATIVA:

O município de Nova Londrina, além de ser área carente de recursos de toda sorte, tem em sua Escola Estadual Ary João Dresch uma referência não só para os estudantes, mas, principalmente, de toda a comunidade, por ser centro que agrega as faixas etárias dessa localidade.

Desnecessário, pois, descrever os benefícios que trarão a construção de uma quadra poliesportiva coberta nessa escola.

Em face disso, certos de poder contar com o apoio do Governo do Estado do Paraná, solicita-se o auxílio da Secretaria da Educação, a fim de que seja, afinal, construída a tão sonhada quadra coberta na Escola Estadual Ary João Dresch.

## Requerimentos

### REQUERIMENTO Nº 2014

Senhor Presidente:

Os Deputados que o presente subscrevem, no uso de suas prerrogativas regimentais e nos termos do artigo 158 do Regimento Interno, REQUER, após ouvido o douto Plenário, a retirada do Projeto de Lei nº 023/08, item 01 da Ordem do Dia desta data, por 05 (cinco) Sessões.

Sala das Sessões, em 11/08/08.

(aa) LUIZ CLAUDIO ROMANELLI  
ALEXANDRE CURI

### REQUERIMENTO Nº 1986

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais e após ouvido o douto Plenário, REQUER voto de pesar pelo falecimento da Sra. Simone de Jesus Vaz, ocorrido na cidade de Ponta Grossa.

Sala das Sessões, em 11/08/08.

(a) PLAUTO MIRÓ

### REQUERIMENTO Nº 1987

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais e após ouvido o douto Plenário, REQUER voto de pesar pelo falecimento da Sra. Lucia Halachen Pasiecznik, ocorrido na cidade de Ponta Grossa.

Sala das Sessões, em 11/08/08.

(a) PLAUTO MIRÓ

### REQUERIMENTO Nº 1988

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais e após ouvido o douto Plenário, REQUER voto de pesar pelo falecimento da Sra. Izabel Strona, ocorrido na cidade de Ponta Grossa.

Sala das Sessões, em 11/08/08.

(a) PLAUTO MIRÓ

### REQUERIMENTO Nº 1989

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais e após ouvido o douto Plenário, REQUER voto de pesar pelo falecimento da Sra. Maria da Cruz Sauner, ocorrido na cidade de Ponta Grossa.

Sala das Sessões, em 11/08/08.

(a) PLAUTO MIRÓ

### REQUERIMENTO Nº 1990

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais e após ouvido o douto Plenário,



rio, REQUER voto de pesar pelo falecimento da Sra. Gal-dina Padilha, ocorrido na cidade de Ponta Grossa.

Sala das Sessões, em 11/08/08.

(a) PLAUTO MIRÓ

#### REQUERIMENTO Nº 1991

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais e após ouvido o douto Plenário, REQUER voto de pesar pelo falecimento da Sra. Orninda Lima de Souza, ocorrido na cidade de Ponta Grossa.

Sala das Sessões, em 11/08/08.

(a) PLAUTO MIRÓ

#### REQUERIMENTO Nº 1992

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais e após ouvido o douto Plenário, REQUER voto de pesar pelo falecimento do Sr. Ortêncio Alves de França, ocorrido na cidade de Ponta Grossa.

Sala das Sessões, em 11/08/08.

(a) PLAUTO MIRÓ

#### REQUERIMENTO Nº 1193

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais e após ouvido o douto Plenário, REQUER voto de pesar pelo falecimento da Sra. Ana Tozetto Scarpin, ocorrido na cidade de Ponta Grossa.

Sala das Sessões, em 11/08/08.

(a) PLAUTO MIRÓ

#### REQUERIMENTO Nº 1994

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais e após ouvido o douto Plenário, REQUER voto de pesar pelo falecimento do Sr. Jose Roberto Mendes, ocorrido na cidade de Ponta Grossa.

Sala das Sessões, em 11/08/08.

(a) PLAUTO MIRÓ

#### REQUERIMENTO Nº 1995

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais e após ouvido o douto Plenário, REQUER voto de pesar pelo falecimento da Sra. Maria da Luz Oliveira Calixto, ocorrido na cidade de Ponta Grossa.

Sala das Sessões, em 11/08/08.

(a) PLAUTO MIRÓ

#### REQUERIMENTO Nº 1996

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais e após ouvido o douto Plenário,

rio, REQUER voto de pesar pelo falecimento do Sr. Sebastião Antunes, ocorrido na cidade de Ponta Grossa.

Sala das Sessões, em 11/08/08.

(a) PLAUTO MIRÓ

#### REQUERIMENTO Nº 1997

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais e após ouvido o douto Plenário, REQUER voto de pesar pelo falecimento do Sr. Eloi-sio Ferreira, ocorrido na cidade de Ponta Grossa.

Sala das Sessões, em 11/08/08.

(a) PLAUTO MIRÓ

#### REQUERIMENTO Nº 1998

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais e após ouvido o douto Plenário, REQUER voto de pesar pelo falecimento da Sra. Geni Kaspizack, ocorrido na cidade de Ponta Grossa.

Sala das Sessões, em 11/08/08.

(a) PLAUTO MIRÓ

#### REQUERIMENTO Nº 1999

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais e após ouvido o douto Plenário, REQUER voto de pesar pelo falecimento da Sra. Regina de Fat Camacho da Silva, ocorrido na cidade de Ponta Grossa.

Sala das Sessões, em 11/08/08.

(a) PLAUTO MIRÓ

#### REQUERIMENTO Nº 2000

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais e após ouvido o douto Plenário, REQUER voto de pesar pelo falecimento do Sr. Sil-vio José Carneiro, ocorrido na cidade de Ponta Grossa.

Sala das Sessões, em 11/08/08.

(a) PLAUTO MIRÓ

#### REQUERIMENTO Nº 2001

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais e após ouvido o douto Plenário, REQUER voto de pesar pelo falecimento do menor Bruno Luiz da Silva, ocorrido na cidade de Ponta Grossa.

Sala das Sessões, em 11/08/08.

(a) PLAUTO MIRÓ

#### REQUERIMENTO Nº 2002

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais e após ouvido o douto Plenário, REQUER voto de pesar pelo falecimento da Sra.

Elvira Neves de Paula, ocorrido na cidade de Ponta Grossa.

Sala das Sessões, em 11/08/08.

(a) PLAUTO MIRÓ

#### REQUERIMENTO Nº 2003

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais e após ouvido o douto Plenário, REQUER voto de pesar pelo falecimento da Sra. Nadia Borszcz, ocorrido na cidade de Ponta Grossa.

Sala das Sessões, em 11/08/08.

(a) PLAUTO MIRÓ

#### REQUERIMENTO Nº 2004

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais e após ouvido o douto Plenário, REQUER voto de pesar pelo falecimento da Sra. Alba Fonseca Carneiro, ocorrido na cidade de Tibagi.

Sala das Sessões, em 11/08/08.

(a) PLAUTO MIRÓ

#### REQUERIMENTO Nº 2007

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais e após ouvido o douto Plenário, REQUER voto de pesar pelo falecimento do Sr. Rubens Simek Bonicoski Junior, ocorrido na cidade de Ponta Grossa.

Sala das Sessões, em 11/08/08.

(a) PLAUTO MIRÓ

#### REQUERIMENTO Nº 2008

Senhor Presidente:

Observadas as disposições regimentais, a adiante nominada, Deputada com assento nesta Casa de Leis, REQUER à Mesa seja enviado voto de pesar à família do Presidente do CODEM - Conselho de Desenvolvimento Econômico de Maringá Antônio Donizete Fermenton, falecido em Maringá.

Fermenton fazia parte do Conselho Superior da ACIM, integrava a diretoria do Maringá e Região Convention & Visitors Bureau (MRC&VB) e era proprietário da empresa de comunicação visual OutBraz Outdoor.

Rogamos a Deus que conforte a família do querido Antônio nesse momento de profunda dor.

Sala das Sessões, em 11/08/08.

(a) CIDA BORGHETTI

#### REQUERIMENTO Nº 2012

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, seja inserido nos Anais desta Casa votos de pesar à família do Sr. Antonio Donizete Fermenton, empresário e empreendedor de Maringá, morto em desas-

tre automobilístico na última sexta-feira, na PR-445, no trecho entre Cambé e Londrina.

A classe empresarial de Maringá está de luto, bem como toda a sociedade maringaense expressou o seu sentimento de tristeza pela morte do empresário.

À esses sentimentos nos juntamos pois esse empresário de apenas 51 anos de idade fazia parte do Conselho Superior da ACIM, e integrava a diretoria do Maringá e Região Convention & Visitors Bureau e era proprietário da empresa de comunicação visual OutBraz Outdoor e já havia sido Presidente do Conselho de Desenvolvimento Econômico de Maringá - CODEM.

Os sentimentos do Poder Legislativo à família enlutada.

Sala das Sessões, em 11/08/08.

(a) LUIZ NISHIMORI

#### REQUERIMENTO Nº 2005

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o soberano Plenário, o registro na ata dos trabalhos da presente Sessão de um voto de congratulações aos professores, alunos e funcionários da Universidade Estadual de Ponta Grossa - UEG, através do seu Magnífico Reitor, João Carlos Gomes, pelas notas alcançadas no ENADE - Exame Nacional de Desempenho dos Estudantes, que atestam a alta qualidade de ensino da instituição e posicionando-a como uma das melhores do país.

Requer ainda, que se dê ciência aos interessados através de correspondência a ser encaminhada à Reitoria.

Sala das Sessões, em 11/08/08.

(a) JOCELITO CANTO

#### REQUERIMENTO Nº 2009

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, seja consignado na ata dos trabalhos da Sessão de hoje, voto de congratulações e aplausos ao município de Cruzeiro do Oeste pela comemoração, no próximo dia 26/08/08, do seu 56º aniversário.

Requer, outrossim, que da decisão da Casa seja dada ciência ao Exmo. Sr. José Carlos Becker de Oliveira e Silva, Prefeitura Municipal, ao Vice-Prefeito, Sr. Valter Pereira da Rocha bem como a todos os Srs. Vereadores, para que em nome do Poder Legislativo do Estado do Paraná, recebam e cumprimentem a laboriosa população de Cruzeiro do Oeste.

Sala das Sessões, em 11/08/08.

(a) ANTONIO ANIBELLI

JUSTIFICATIVA:

Na significativa data da comemoração dos 56 anos do município de Cruzeiro do Oeste, saudamos efusivamente o Sr. Prefeito José Carlos Becker de Oliveira e Silva, o Vice-Prefeito, Sr. Valter Pereira da Rocha e todos os Srs. Vereadores que continuam trabalhando com com-

petência, seriedade e espírito de luta, trilhando sempre o caminho certo, inspirados pelo desejo de bem servir aos interesses da população.

Entregar-se ao estado dos problemas do povo, com sacrifício de seus próprios afazeres; abdicar do direito ao descanso para trabalhar em favor dos municípios; sacrificar o aconchego da família para zelar pelo bem-estar de seus conterrâneos, requer heroísmo e imensa dose de coragem.

Consideramos o cargo público com um posto de lutas e sacrifícios e não como uma sinécure para lisonjear a vaidade ou para defender interesses pessoais.

O Sr. Prefeito e sua valorosa equipe de trabalho sempre preocupados e compromissados em fazer uma administração voltada para o bem-estar e qualidade de vida, continuam lutando por melhores condições e programas que beneficiem toda a população de Cruzeiro do Oeste.

O Poder Legislativo do Estado do Paraná, por intermédio deste Parlamentar, associa-se às homenagens ora prestadas às autoridades constituídas e a população em geral de Cruzeiro do Oeste, na significativa data comemorativa de seus 56 anos.

#### REQUERIMENTO Nº 2010

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, usando de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, seja inserido nos Anais desta Casa votos de congratulações à Federação Paranaense de Beisebol e Confederação Brasileira de Beisebol pela iniciativa de trazer para Maringá as equipes das Universidades de Keio e Waseda, do Japão, para jogos amistosos com a Seleção Brasileira.

Os jogos foram realizados no campo da Associação Cultural e Esportiva de Maringá - ACEMA, e serviu de intercâmbio esportivo entre os dois países neste ano do Centenário de Imigração Japonesa no Brasil - IMIM 100.

Sala das Sessões, em 11/08/08.

(a) LUIZ NISHIMORI

#### REQUERIMENTO Nº 2011

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, usando de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, seja inserido nos Anais desta Casa votos de congratulações à Prefeitura Municipal de Marialva, pelo sucesso alcançado durante a realização do 21º Encontro dos Viticultores da região, no último dia 07 deste mês de agosto.

Na oportunidade a Prefeitura entregou também a Casa da Uva, mais um empreendimento que beneficiará o viticultor de Marialva e região.

Sala das Sessões, em 11/08/08.

(a) LUIZ NISHIMORI

#### REQUERIMENTO Nº 2013

Senhor Presidente:

O Deputado Stephanes Júnior, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, votos de louvor e congratulações à Conceição de Maria Braga Coelho Contin.

Sala das Sessões, em 11/08/08.

(a) STEPHANES JÚNIOR

JUSTIFICATIVA:

Conceição de Maria Braga Coelho Contin, casada, nascida no Maranhão, foi nomeada no Comitê de Entidades no Combate à Fome e pela Vida do Paraná (COEP/PR) há 14 anos onde atua como Secretária Executiva do COEP/PR.

Conceição disse:

“Não temos recursos financeiros de nenhuma esfera de Governo para a realização de nossos projetos. Não temos CNPJ. Tudo que fazemos é feito com parceria com as organizações que integram o Comitê. No meu caso, por exemplo, o meu trabalho é voluntário.”

Desde a sua criação, o COEP/PR contabiliza iniciativas que mudaram a vida de muitas pessoas. Entre os projetos em destaque, encontra-se: qualificação social, proporcionando oportunidades para extratos da população de baixa renda. Os efeitos de tais esforços proporcionaram mais de 3.500 cursos na área de micro informática. Reforçando essa capacitação para o mercado de trabalho, o COEP/PR qualificou mais de 1.500 pessoas em diferentes cursos, tais como: alvenaria, eletricidade básica, marcenaria e papel microondulado, assentamento em azulejos e hotelaria. Outra medida importante no campo da inclusão diz respeito à formação de alfabetizadores.

A abordagem sobre segurança alimentar permitiu, desde a criação do Comitê, a atenção no debate sobre o direito à alimentação para todos, e nos cursos de alimentação alternativa.

As campanhas desenvolvidas configuram a oportunidade da cadeia de solidariedade e somente em 2007 a Campanha do Agasalho, beneficiou mais de 15 mil pessoas com uma arrecadação em torno de 60 mil peças de roupas. O Natal pela Vida é outro exemplo dessa mobilização social. Na determinação de focalizar a juventude, para inserção dos jovens nas questões sobre cidadania e solidariedade, o COEP/PR, promoveu concursos de redação, frases, poesias, cartas, esquetes e de músicas, atingindo mais de 30 mil alunos em todo o estado paranaense.

Conceição foi responsável pela criação dos COEPS municipais de Foz do Iguaçu, Ponta Grossa, Londrina e Ivaiporã no Paraná e Joinville, Itajaí e Blumenau em Santa Catarina.

As ações na COEP/PR nas comunidades:

1. Moradias Pantanal no Alto Boqueirão:
  - Implantação de manejo de aves de postura.
2. Vila Audi, no bairro Uberaba:
  - Implantação de panificadora comunitária.
  - Educação alimentar e nutricional.

- Alfabetização de jovens e adultos.
  - Capacitação profissional.
  - Valorização da diversidade focada em gênero, raça e etnias.
  - Promoção de saúde bucal.
  - Aleitamento materno.
  - Palestras sobre uso de substâncias psicoativas, sexualidade, e violência infantil.
  - Educação ambiental.
3. Vila Jardim União Ferroviária:
- Instalado um Telecentro entregue à comunidade.
  - Projeto de construção de um Centro Comunitário para beneficiar a população local.
4. Moradias Cajuru:
- Instalada uma escola de micro informática para democratização do acesso às tecnologias de informação e inclusão digital.

### ***Pequeno Expediente:***

O SR. PRESIDENTE (**Nelson Justus**)

Com a palavra, no Pequeno Expediente, Deputado Tadeu Veneri.

### ***Deputado Tadeu Veneri (PT)***

O SR. TADEU VENERI

Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sras. Deputadas.

Antes de iniciar, por solicitação do Deputado Belinati, quero saudar a todos os advogados e advogadas do nosso estado, porque hoje é o Dia do Advogado, mas o que me traz aqui não é, obviamente, fazer essa saudação, mas são duas questões que gostaria de abordar. Uma delas eu o farei amanhã, com mais detalhamento, que é com relação à Usina de Mauá e a necessidade que a COPEL vê em construir essa usina.

O Paraná tem, hoje, um excedente de energia e estará fazendo uma usina no rio Tibagi que será a primeira de uma série de cinco usinas e que, certamente, irá fazer com que o Paraná perca mais um dos seus rios, talvez um dos seus últimos rios, um rio totalmente paranaense, que é o rio Tibagi. Infelizmente, não está sendo possível fazer o debate como gostaríamos de fazer. Há uma série de questões que não estão respondidas, questões que estão envolvendo os ribeirinhos, os indígenas e mesmo o carvão da mina de carvão que foi colocada a céu aberto e que, até agora, são questões que não foram respondidas adequadamente. Não sabemos, Deputado Belinati, como serão remanejados os pequenos produtores, os pequenos agricultores que serão atingidos por essa barragem.

Essa usina corre o risco de ter, mais uma vez, suspensa sua construção por conta de uma ação que está tramitando, uma ação que foi impetrada pela liga ambiental no TRF e que, posteriormente, também, estão fazendo o mesmo nos tribunais superiores. Então, acredito que hoje não será possível fazer uso da tribuna para debater esse

assunto, mas houve, neste final de semana, na cidade de Londrina, uma manifestação justamente para contrapor a construção dessa usina e das outras que se seguirão e acredito que amanhã estaremos trazendo detalhes para poder fazer o debate a respeito desse assunto.

Hoje, o Deputado Péricles, que é o Líder da nossa Bancada, irá usar o Horário das Lideranças e eu farei no dia de amanhã, para que possamos fazer esse debate sobre a real necessidade da construção da Usina de Mauá.

Srs. Deputados, apenas adianto que o Paraná, hoje, tem na cana-de-açúcar uma capacidade de 500 megawatts desperdiçados por dificuldades burocráticas, o que é uma energia que, de longe, é superior a muitas das hidrelétricas que estamos construindo e que poderia tranquilamente suprir a energia do estado sem que precisássemos fazer, mais uma vez, uma usina que irá trazer benefícios, certamente, mas também um prejuízo muito grande para o estado do Paraná no que diz respeito à biodiversidade do rio Tibagi, que é um dos maiores sistemas que temos em todo estado do Paraná e talvez em todo Brasil.

Sr. Presidente, Srs. Deputados, no sábado li uma notícia em um dos jornais aqui, Deputado Péricles, que me causou uma certa surpresa. Uma matéria que foi mandada ao jornal por um Deputado que não está no plenário neste momento, mas não vou deixar de fazer referência à matéria. O Deputado Ribas Carli Filho fez uma crítica muito dura aos Deputados, dizendo que os Deputados votaram a PEC da Água sem que tivessem conhecimento daquilo que significava aquela PEC. Pior ainda, dizia o Deputado na sua nota transcrita para o jornal, que estava em contato com o Tribunal de Justiça para anular. É um direito seu, apesar de eu entender aqui, mas esse é um outro assunto, que a PEC sequer passou pela CCJ.

Tentei entrar em contato com o Deputado Ribas Carli, no sábado, não foi possível, mas é um absurdo que um Deputado venha fazer críticas à Assembléia Legislativa dizendo que a Assembléia votou uma PEC, sem que essa PEC tivesse passado pela CCJ. O Deputado deveria ler o Regimento, ou talvez a sua assessoria, antes de fazer crítica àqueles que votaram na PEC dizendo que são todos submissos ao Governo Requião. Eu votei porque acho que é correta a PEC. Ele deveria saber que as PECs não passam pela CCJ. Eu faço parte da CCJ, em nenhum momento uma PEC vai passar pela CCJ. A PEC tem um rito específico, tem uma forma de se fazer a sua votação. Aliás, teve 30 dias para receber emendas e, que eu saiba, o Deputado Ribas Carli não apresentou nenhuma emenda.

Fica muito fácil, temos sofrido críticas, as mais diversas, muitas delas extremamente duras e justificáveis, é bom que se lembre, muitas das críticas que estão sendo feitas pela sociedade, inclusive através dos jornais, são extremamente duras, mas justificáveis. Agora, acredito que quando a crítica parte de um processo que não tem fundamento, simplesmente no afã de se colocar mais uma pecha sobre a Assembléia Legislativa dizendo que não

lemos aquilo que está sendo votado, não sei se o Deputado fala por ele; por mim, com certeza não.

Faço questão de usar a tribuna no dia de hoje, porque eu não iria deixar passar como se fosse um erro de redação. Não é. É uma matéria remetida para as redações que acusa os Deputados de terem aprovado uma PEC sem que a PEC tivesse passado pela CCJ - repito, a CCJ não analisa PEC - e que tínhamos votado algo que não tínhamos conhecimento.

Acho que essas coisas, Sr. Presidente, precisamos lembrar aqui para que não fique dito que estamos votando algumas coisas em saber sequer o que estamos votando. Acho que temos tido acertos e erros, mas esse, com certeza, não tem sido erro. A Assembléia vota. Os Deputados, Líderes das Bancadas, debatem. E se votam a favor ou contra, é uma decisão individual de cada Deputado ou de cada Bancada. O que não dá é sermos patrulhados, e pior é sermos patrulhados por erros que sequer cometemos.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Nelson Justus)

Próximo orador inscrito é o Deputado Antonio Belinati.

### ***Deputado Antonio Belinati (PP)***

O SR. ANTONIO BELINATI

Nobre Presidente, Deputado Nelson Justus, Deputada Luciana, Deputado Teruo, Deputada Cida, Deputados, comitê de imprensa, visitantes, paranaenses que acompanham as transmissões pela TV.

Inicialmente os meus parabéns ao Deputado Tadeu Veneri pela preocupação com a construção da Usina de Mauá. E tendo a base eleitoral em Londrina, associando-me a essa preocupação de V. Exa., de parabéns também todos aqueles que têm feito o movimento, como V. Exa. mencionou da tribuna, inclusive com um protesto em Londrina contra a construção dessa usina que será edificada entre os municípios de Ortigueira e Telêmaco Borba, utilizando para tanto o rio Tibagi.

É bom lembrar, Presidente, que a população da minha cidade, que é Londrina, cidade com 500 mil habitantes, a água consumida pelo povo da minha cidade vem do ribeirão Cafezal e a maior parte da água que abastece a população de Londrina é captada do rio Tibagi.

Não conheço tecnicamente os problemas, não sou técnico da área, mas se abordou aqui até usina de chumbo pelo caminho. Com a construção dessa usina não há dúvida que a população da minha cidade e de cidades próximas, em um futuro muito próximo, outros municípios da região de Londrina também vão utilizar a água do rio Tibagi e contribuir para poluir este rio fazendo com que bebamos água poluída, contaminada, quem sabe até com resquícios de chumbo, contaminando a saúde da população, podendo levar a muitos óbitos. Muitas pessoas poderão perder a vida. Este efeito maligno na saúde do povo pode ser fatal, tirando a vida de muita gente.

É lamentável que nossas autoridades não tenham dado o menor ouvido, a menor atenção, não tenham tido nenhum diálogo com os ambientalistas, com os grandes defensores do meio ambiente, para encontrar um outro local para erguer essa usina, para que não fosse no rio Tibagi, um rio que traz parte da história do Paraná, que também corre o risco de morrer.

Nobre Presidente, me associo a todos os paranaenses que estão preocupados com essa usina. A água é a fonte da vida, mas é inegável que você tem que beber uma água sadia. Uma água doente e contaminada vai destruir e abalar a saúde de muita gente. Volto a repetir que esse grande mal não venha a causar a morte de muita gente, sendo vítimas da irresponsabilidade de quem deveria ouvir o povo, analisar melhor tecnicamente e pensar nos efeitos malignos que esta usina possa causar à saúde da população, principalmente àqueles que bebem a água do rio Tibagi. Não é apenas Londrina, tem as propriedades rurais, moradores à margem de todo o leito desse rio que, infelizmente, vão ser afetados pelas causas e efeitos dessa Usina de Mauá.

Vamos utilizar uma parte do tempo para festejar as Olimpíadas, talvez, a mais bem organizada do mundo, que está sendo realizada no país mais populoso do planeta Terra. Que bonita a festa das Olimpíadas na China. Evidentemente que gastaram bilhões, com muita competência, na sua preparação. Só o novo aeroporto de Pequim custou US\$ 3 bilhões e 400 milhões, sendo construído dentro dele 64 restaurantes. Um país pobre não tem condições de pensar em sediar uma Olimpíada. O parque aquático, onde há as grandes competições de natação, quando a pessoa entra tem a sensação que está debaixo d'água. São obras maravilhosas, o que há de melhor na arquitetura mundial, que custam bilhões.

Não podemos deixar de louvar a participação de toda a China, visando sediar esta que, sem dúvida alguma, está sendo a Olimpíada mais organizada, mais bonita de toda história.

Agora, o lado feio da Olimpíada é o fraco desempenho do Brasil até agora. Hoje pela manhã, interromperam o Bom-Dia Brasil para a grande competição de judô, aquela festa, porque uma brasileira ganhou pela primeira vez uma medalha de bronze. E mais tarde o noticiário era para anunciar mais uma medalha para o Brasil. Quem bom, agora chegou a medalha de ouro! Era mais uma de bronze. Não sei, Sr. Presidente, o brasileiro, de modo geral, tem o espírito de não querer ser nem o terceiro, nem o segundo. Para nós, falar que a seleção foi vice-campeã do mundo, que o basquete, o vôlei foi vice-campeão, parece que não agrada. O espírito do brasileiro de um modo geral é sempre buscar a vitória, sempre o 1º lugar.

Analisando esse fiasco até agora, mais do que nunca é o momento, como Deputado Estadual, de defender que o Governo do Paraná invista mais no esporte amador aqui no estado, que os Prefeitos invistam nas mais diversas modalidades esportivas, que o Governo

Federal, o Presidente Lula que tem uma loteria esportiva, a Mega-Sena, Quina, Dupla-Sena, Loteria Federal, eles falam que essas loterias são para ajudar os portadores de deficiência, o esporte, agora tem a Timemania, para ajudar os times profissionais. Mas, onde é aplicado o dinheiro das loterias da Caixa Econômica Federal? O Governo deveria explicar para o povo, porque não encontro, percorro muitos municípios do Paraná e até agora não encontro um Prefeito que me mostrasse: “Belinati, esta obra que estamos fazendo é com o dinheiro que a Caixa Econômica mandou, que é das loterias”.

Já que não está aplicando em obras de concreto em ginásio de esportes, que invista pelo menos uma parte desse dinheiro na preparação de nossos atletas. O Brasil, com 180 milhões de habitantes, na minha visão era para ter um desempenho muito melhor nas Olimpíadas. Mas, estamos mal. O basquete masculino nem foi para as Olimpíadas, o feminino entrou já amargando uma derrota. Tirando a parte da ginástica, o Brasil até agora não correspondeu às expectativas.

Não vamos culpar os atletas, nem o Governo, nem as autoridades. O nosso comentário é no sentido de Prefeitos, Governadores e o próprio Governo Federal darem maior valor ao esporte, investir mais de um modo geral. É sabido, cantado e repetido que quem está praticando esporte dificilmente está no mundo das drogas. Raramente vemos a notícia de um atleta aqui, outro ali, outro acolá, que se envolveu em drogas, mas no contexto isso é muito pouco, graças a Deus. É sabido, dito e repetido, que o jovem que está praticando esporte de um modo geral está longe do cigarro, do alcoolismo e até das drogas. Para que essa juventude seja sempre sadia, com uma grande formação, é fundamental esse investimento do Governo. Dinheiro o Governo tem. Têm loteria todos os dias para pegar o dinheiro do povo e a promessa é de ajudar quem precisa, de investir no esporte.

Não encontro entidades assistenciais que estejam recebendo verbas do Governo por conta do alto lucro que o Governo tem com as loterias. Não têm as entidades a ajuda que elas precisam e não tem o esporte brasileiro a estrutura, o preparo, o investimento necessário para que o Brasil brilhe, como já brilhou em outros tempos, quando o próprio Brasil com o Oscar Schmidt, na seleção masculina de basquete, chegou a derrotar a seleção dos Estados Unidos, consagrando-se campeã dos Jogos Panamericanos. E agora a nossa seleção masculina não conseguiu sequer se classificar para as Olimpíadas.

Portanto, Sr. Presidente, parabéns a todos os que estão competindo nas Olimpíadas. Grande festa e queira Deus que num futuro muito breve, quem sabe com o Brasil sediando no Rio de Janeiro as Olimpíadas que o Brasil está reivindicando, possamos ver os nossos atletas subindo no podium, não apenas com a medalhinha de bronze. É importante a de bronze? Sim! A de prata é importante? Sim, mas o que o brasileiro mais ambiciona mesmo é a medalha de ouro, para mostrar o valor da nossa juventude.

O SR. PRESIDENTE (**Nelson Justus**)

Ainda no Pequeno Expediente, com a palavra o Deputado Péricles de Mello.

## ***Deputado Péricles de Mello (PT)***

O SR. PÉRICLES DE MELLO

Sr. Presidente, Srs. Deputados, quero inicialmente saudar os representantes do Sindicato dos Docentes de Maringá, professor Washington e professor Henrique, que vêm a esta Casa acompanhar o projeto de lei que cria, reformula o plano de cargos dos professores das instituições de ensino superior. Os dois professores têm trabalhado muito, contribuído com a organização das universidades para melhorar o nosso sistema de ensino.

Conversava com o Presidente Nelson Justus, esperamos receber hoje nesta Casa, durante o transcurso da Sessão, os projetos do Governo Estadual com relação às universidades, à educação básica e que ele seja aprovado com a máxima rapidez para que já consigamos, o estado do Paraná, o Governo, pagar o aumento salarial já no mês de agosto.

Eu conversava com os dois professores no meu gabinete, e existe um problema sério na carreira do magistério quando o professor faz o concurso público para ascender a situação de titular, porque para titular o concurso público - qualquer professor com doutorado, com experiência, pode participar, mesmo não sendo do corpo daquela instituição. E acontece que o professor de carreira, quando passa num concurso para titular, ele tem que iniciar uma nova carreira e aí tem um prejuízo na sua aposentadoria, porque na carreira atual o professor é aposentado com o último salário e também ele tem isonomia com o pessoal da ativa - quando os professores na ativa têm aumentos, os professores aposentados também têm o mesmo aumento - ele passando no concurso para titular, em sua nova carreira, ele perde esses benefícios. Então, é uma preocupação muito séria.

Conversei com a Secretária Lygia, precisamos resolver o mais depressa possível este problema. Podemos, inclusive, estudar no presente projeto de lei que veio a esta Casa, talvez uma emenda, consultar o setor jurídico para resolver este impasse. Mas a Secretária Lygia também manifestou a sua preocupação, está fazendo uma consulta para a Previdência Nacional com relação ao sistema federal, a legislação, para superar esse impasse tão importante para a carreira dos professores.

Mas, Sr. Presidente, Srs. Deputados, subo à tribuna nesta tarde para me referir ao Seminário que está acontecendo hoje, que chama-se Seminário do Plano Nacional de Cultura, Políticas Públicas pela Diversidade, que iniciou hoje pela manhã no Canal da Música, com a presença de mais de 200 representantes de todo o estado, a Secretária Vera Mussi, o Deputado Angelo Vanhoni, três representantes do Ministério da Cultura, pessoas da mais alta competência e nível técnico profissional, que fizeram palestras na abertura, e eu queria saudar tanto a Secretária

ria, com o seu esforço, como o Deputado Federal Angelo Vanhoni, que participa da Comissão de Educação e Cultura da Câmara Federal e foi um dos elos de ligação entre o Paraná e o Governo Federal nessa importante tarefa.

Parabéns ao Deputado Federal Angelo Vanhoni, à Secretária Vera Mussi.

O que está acontecendo no Brasil, durante o Governo Lula deve ser saudado e elogiado. Só tivemos política cultural abrangente no Brasil na época do regime militar, com todas as premissas daquele período histórico e suas conseqüências também. Com o avanço das liberdades democráticas, somente o Governo Lula começa a traçar uma política abrangente com diretrizes estratégicas para essa importante dimensão da vida humana que é a dimensão cultural. Já em 2003 aconteceu o Seminário Cultura Para Todos. Nesse Seminário se reuniram produtores, artistas, intelectuais, gestores, investidores e outros interessados no debate sobre as políticas culturais de várias partes do Brasil. Seus resultados representam portanto o começo do processo de acumulação de subsídios para a formulação e implementação do Plano Nacional de Cultura. Em 2005 foi apresentada uma emenda constitucional para a criação do Plano Nacional de Cultura, um decreto criando o Sistema Federal de Cultura do Brasil. Se realizou a 1ª Conferência Nacional de Cultura. Essa conferência, realizada em setembro e dezembro de 2005, foi composta por mais de 400 encontros municipais, intermunicipais, estaduais e setoriais, além de uma Plenária Nacional.

O SR. PRESIDENTE (Nelson Justus)

V. Exa. tem mais 10 minutos no horário do PT.

### ***Passa a usar o horário da Liderança do PT***

O SR. PÉRICLES DE MELLO

Nesse ciclo, mobilizou cerca de 60 mil pessoas, incluindo gestores de 1.158 municípios, 19 estados e do Distrito Federal. As resoluções da Conferência vão compor o projeto de lei, criando o Plano Nacional de Cultura.

Para se ter uma idéia da importância do evento que acontece hoje em Curitiba, depois da abertura oficial da Mesa, dos trabalhos, a Plenária foi dividida em cinco grupos com os seguintes eixos temáticos. O primeiro eixo, fortalecer a ação do estado no planejamento e na execução das políticas culturais. Sabemos que, particularmente, com a primazia da ideologia neoliberal e a condução do Brasil seguindo esse caminho, é como se a cultura fosse abandonada às leis do mercado, com todas as conseqüências que estamos vendo. Massificação cultural absurda. Homogeneização autoritária da riquíssima diversidade cultural do Brasil. Todos os problemas do meio de comunicação do monopólio das comunicações. Ou seja, é imprescindível que o estado passe a exercer o seu papel estratégico na orientação da política cultural brasileira, de extraordinária importância.

Esse tema tem muitos sub-temas, por exemplo, a Lei Rouanet. Temos dados de 2007, que pela Lei Rouanet foram arrecadados R\$ 1 milhão para projetos de programas culturais. Desses R\$ 1 milhão arrecadados, 90%, portanto R\$ 900 milhões são recursos que vieram de empresas públicas. Apenas 10% dos recursos vieram das empresas privadas. O que acontece é que, pela Lei Rouanet, quem decide o Programa Cultural que vai receber o recurso é a empresa, ou empresa privada, ou empresa pública. No Paraná, por exemplo, sabemos e isso é uma crítica que fazemos, com todo o respeito, ao Governador, que a SANEPAR e a COPEL, todos os recursos da Lei Rouanet são investidos exclusivamente no Museu Oscar Niemeyer, "Museu do Olho". Acharmos que o Governo deve investir mais em cultura.

Portanto, essa discussão é de extraordinária importância. Hoje conversei profundamente com a Secretária, estaremos apresentando aqui na Assembléia um projeto de lei que estabelece e regulamenta critérios para a utilização da Lei Rouanet pelas empresas públicas. Acharmos que deve ser em editais públicos que todos os promotores culturais, os produtores, possam participar democraticamente da busca de recursos da Lei Rouanet para o estado do Paraná.

Então, como conseqüência desse Seminário, queremos apresentar já um projeto de lei nesse sentido, que vá regulamentar a Lei Rouanet, repito, para as empresas públicas. Além disso, há uma discussão em todo o mundo. A UNESCO estabelece uma diretriz para o mundo que todos os países invistam pelo menos 1% do seu orçamento na área cultural. O Paraná investe 0,7% no seu orçamento.

Pretendo também apresentar um projeto de emenda constitucional que determine o mínimo de 1% do seu orçamento próprio do estado para a área da cultura. Esse 1% deve avançar progressivamente num certo tempo até chegar a 2%, que é também a diretriz que hoje vige no Governo Lula, no Governo Federal.

Além desse tema de fortalecimento da ação do estado, o segundo sub-tema, que é o segundo tema dos grupos "Proteger e valorizar a diversidade artística e cultural brasileira".

Vivemos esse problema no Paraná em profundidade. Vou dar um exemplo, dos Faxinais, das comunidades tradicionais. O Paraná, na sua história no final do século XIX, praticamente o Paraná era composto por Faxinais, uma forma tradicional de produção camponesa, chamados criadores comunitários, em que os donos da terra deixavam uma porcentagem de suas terras para que fosse coletivo e comum, os animais serem criados naquela área e, em conseqüência disso, a natureza e o meio ambiente eram preservados. Tem alguns Faxinais no Paraná que são exemplo dessa preservação ambiental, do criador comunitário, das araucárias. Mas pela pressão do agronegócio e da lógica, os Faxinais estão sendo aniquilados. Uma série de problemas acontecem, inclusive recentemente um episódio triste, que foi assassinado um

Líder Faxinalense no município de São Mateus do Sul. Os Faxinais estão sendo praticamente extintos, pelo modelo perverso do neoliberalismo do agronegócio.

Existe uma legislação federal para regularizar as terras dos Faxinais e da proteção aos Faxinais. Estamos trabalhando. Só quis dar esse exemplo para vermos a beleza da nossa diversidade, de como temos que tentar recuperar e salvar a diversidade cultural tão rica dessa massificação generalizada e das consequências de um modelo perverso do neoliberalismo, não só na agricultura, mas também nas cidades.

Há todo um esforço do Governo da preservação do patrimônio histórico. Sabemos que o Paraná trata muito mal o seu patrimônio histórico, basta fazer uma viagem a Paranaguá, as cidades mais antigas, com raras exceções, mesmo em Ponta Grossa, como Prefeito, tive enormes dificuldades de preservação do patrimônio que mostra a nossa rica diversidade cultural, para entendermos a importância desse tema que está sendo debatido, hoje e amanhã, no Canal da Música.

Terceiro tema: a universalização do acesso dos brasileiros à produção cultural. O estado de São Paulo, ontem, fazia uma reportagem sobre o avanço do percentual da classe C. Chamou-me a atenção que uma vendedora ambulante de São Paulo, quando foi perguntado a ela se ele pertencia à classe C, que ganha mais de R\$ 1.080, se ela era classe média, ela disse: "Não sou classe média, porque nunca fui ao cinema. Para mim, classe média tem que ter lazer e eu não tenho."

Sabemos que a maioria do povo brasileiro está excluído do acesso aos bens e produção de bens culturais. Nas diretrizes do Governo Federal é a universalização desse acesso aos bens culturais

O quarto tema: ampliar a participação da cultura e do desenvolvimento sócio-econômico sustentável. Acho que de certa forma tangencia aquilo que eu acabei de falar de vários temas e por último consolidar o sistema de participação social na gestão das políticas culturais.

A participação popular é de extraordinária importância. Sabemos que brota na sociedade, a cada dia, essa ansia de bens culturais e produção de cultura, mas também de participação à gestão das políticas. Sabemos o quanto é importante um Conselho de Preservação do Patrimônio Histórico, para que esse patrimônio não seja destruído. Sabemos do papel do patrimônio histórico dentro do Paraná. Uma das metas do Plano Nacional de Cultura é democratizar a gestão das políticas culturais em profundidade, e por isso deve ser saudado também por todo o povo paranaense.

Então, queremos, mais uma vez, dar os parabéns ao Secretário, ao Ministério da Cultura, por essa importante ação que acontece e essa diretriz que aponta para os próximos 18 anos em todo o Brasil.

Por último, estou finalizando um projeto que cria o ICMS cultural. É um projeto complexo que trata de se trabalhar com indicadores complexos. Então, vamos em um município que preserva os seus bens culturais, mas

dependendo do tamanho do município, tem município que tem bens de patrimônio nacional, patrimônio estadual ou municipal, municípios com distintos tamanhos e distintos perfis de economia. Estamos, então, resolvendo as dificuldades da criação dos índices, mas a grosso modo é um projeto semelhante ao ICMS ecológico, colocamos a questão cultural no centro da preocupação do estado do Paraná.

Então, aqueles município que preservarem o seu patrimônio histórico e cultural e tiverem políticas municipais de incentivo à cultura, eles serão aquinhoados com uma parcela maior do ICMS quando acontece a distribuição do bolo do ICMS a partir do estado - é semelhante, mas com complicadores também na questão dos índices.

Estamos estudando o projeto do ICMS de Minas Gerais, estamos também destacando o problema da reforma tributária, que pode trazer problemas adicionais a esse projeto. Faremos uma Audiência Pública, já conversamos com o Secretário da Cultura e hoje à noite temos um encontro com os técnicos do Ministério da Cultura para aprofundar o nosso projeto de ICMS cultural.

Tudo o que falei para a cultura, Deputado Belinati, poderia, de certa forma, valer para o esporte também. Então, é até uma coincidência que meu pronunciamento aconteça logo depois do pronunciamento do Deputado Antonio Belinati, em referência ao esporte em nosso país. Espero contar com o apoio dos Deputados nessa meta desse projeto de lei que darei entrada nesta Casa, com o apoio do Governador Roberto Requião.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (**Nelson Justus**)

Próximo orador inscrito, com a palavra o Deputado Plauto Miró.

## ***Deputado Plauto Miró (DEM)***

O SR. PLAUTO MIRÓ

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados.

Quero aqui só deixar registrado que estamos protocolando à Mesa um projeto de lei que vai dispor sobre a velocidade utilizada pelos veículos nas ruas das cidades do estado do Paraná, onde estamos tendo, na minha avaliação, uma situação que vem penalizando todos os proprietários e motoristas de veículos no estado do Paraná. E de que forma?

Quero aqui citar algumas situações em cidades que visitamos e caminhamos. Estamos vendo em vias, em ruas e avenidas, radares que são colocados com a velocidade máxima de 60 km/h, e na cidade em que moro, na própria cidade de Ponta Grossa, temos várias vias que têm radares, sendo a grande maioria deles apontando uma velocidade máxima de 60km/h. Só que em algumas ruas, algumas avenidas, temos radares que têm 200 ou 300 metros entre um e outro, sendo que um radar aponta 60km/h como velocidade máxima, e logo em seguida



temos uma radar que aponta 40 km/h, sendo que as próprias placas de sinalização são pequenas, onde o usuário, o proprietário, ou o motorista, acaba, desta forma, sendo penalizado diretamente com multas que vêm a ele no momento em que acaba passando nesses radares. Considero que não é justo da forma como está posto em várias cidades do nosso estado, porque se ainda fosse em frente a um hospital ou em frente a uma escola um radar de 40 km/h, sendo ele sinalizado, é mais do que justo. Agora, da forma como está, é uma verdadeira arapuca que foi criada nas ruas do estado do Paraná, onde em um determinado momento a velocidade permitida é 60 km/h e alguns metros à frente um novo radar com velocidade de 40 km/h.

Então, estamos no dia de hoje, encaminhando um projeto de lei para tentar regulamentar essa questão no estado do Paraná, mostrando que a velocidade máxima sendo de 60 km/h tem que ser preservada em toda aquela rua, a não ser que nessa mesma rua tenhamos uma escola, um hospital, e naturalmente em frente aos dois poderá ser uma velocidade menor. Isso é uma questão, na minha avaliação, de justiça, para que tenhamos aí uma sinalização, uma própria legislação, podendo fazer com que os usuários não sejam penalizados caindo em arapucas que são armadas, da forma pela qual entendemos que o Poder Público, desta forma, tenta meramente arrecadar recursos aos cofres públicos, penalizando a todo motorista no nosso estado. É isso que eu queria deixar registrado, Sr. Presidente. Vamos acompanhar esse projeto de lei na sua tramitação nesta Casa, para que vindo a ser aprovado, tenhamos justiça na questão relacionada a radares nas ruas, nas cidades do nosso estado do Paraná.

Obrigado, Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados.

O SR. PRESIDENTE (Nelson Justus)

Passa-se ao Horário das Lideranças: PDT. PMDB. Bloco PPS/PMN. Bloco PTB/PR. Bloco PSB/PRB/PV. Democratas. PP. PSDB. Liderança da Oposição. Liderança do Governo.

(Declinam)

### ***Ordem do Dia:***

O SR. PRESIDENTE (Nelson Justus)

Está encerrada a Hora do Expediente.

### ***Leitura do Expediente***

Passa-se à Ordem do Dia, com a presença de número legal.

Sobre a mesa, Mensagem nº 023/08, subscrita pelo Sr. Governador do Estado, constante do expediente, encaminhando anteprojeto de lei que objetiva reestruturar os Anexos VII e VIII, da Lei nº 15843, de 21/05/08. **À Diretoria Legislativa, para os devidos fins.**

Mensagem nº 024/08, subscrita pelo Sr. Governador do Estado, constante do expediente, encaminhando anteprojeto de lei que objetiva alterar dispositivos das Leis nºs 11713, de 07/05/97 e 14825, de 12/09/05. **À Diretoria Legislativa, para os devidos fins.**

Ofício nº 076/08, subscrito pelo Deputado Alexandre Curi, constante do expediente, solicitando autorização para a entrega da menção honrosa ao Cônsul da Argentina, o Sr. Emílio Neffa, no Grande Expediente, em Sessão Plenária, às 14h30 do dia 19 do mês corrente. **À Diretoria de Assistência ao Plenário, para os devidos fins.**

Indicação nº 180/08, de autoria do Deputado Teruo Kato, constante do expediente, propondo ao Sr. Governador do Estado e à Sra. Secretária da Educação, a construção de quadra coberta na Escola Estadual Santa Esmeralda, no município de Santa Cruz do Monte Castelo. **À Diretoria Legislativa, para os devidos fins.**

Indicação nº 181/08, de autoria do Deputado Teruo Kato, constante do expediente, propondo ao Sr. Governador do Estado e à Sra. Secretária da Educação, a construção de quadra coberta na Escola Estadual Vale do Tigre, no município de Nova Londrina. **À Diretoria Legislativa, para os devidos fins.**

Indicação nº 182/08, de autoria do Deputado Teruo Kato, constante do expediente, propondo ao Sr. Governador do Estado e à Sra. Secretária da Educação, a construção de quadra coberta no Colégio Estadual Rui Barbosa, no município de Itaúna do Sul. **À Diretoria Legislativa, para os devidos fins.**

Indicação nº 183/08, de autoria do Deputado Teruo Kato, constante do expediente, propondo ao Sr. Governador do Estado e à Sra. Secretária da Educação, a construção de quadra coberta no Colégio Estadual Humberto de Campos, no município de Querência do Norte. **À Diretoria Legislativa, para os devidos fins.**

Indicação nº 184/08, de autoria do Deputado Teruo Kato, constante do expediente, propondo ao Sr. Governador do Estado e à Sra. Secretária da Educação, a construção de quadra coberta na Escola Estadual Ary João Dresch, no município de Nova Londrina. **À Diretoria Legislativa, para os devidos fins.**

### ***Discussão/Votação***

Passaremos à apreciação da matéria constante da Ordem do Dia, conforme avulso distribuído aos Srs. Deputados:

## 2ª Discussão (Votação em)

### ITEM 01

VOTAÇÃO EM:

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 023/08, de autoria dos Deputados Alexandre Curi, Nelson Justus e Luiz Romanelli, que institui o Programa de Recuperação de Créditos PRC, conforme especifica. COM PARECERES FAVORÁVEIS DA CCJ e CF. COM SUBSTITUTIVO GERAL DA CCJ. COM EMENDAS DE PLENÁRIO, COM PARECER FAVORÁVEL DA CCJ. NA FORMA DE SUBEMENDAS.

Está com a sua discussão encerrada e está em votação o Projeto nº 023, na forma do substitutivo geral da CCJ. Os Deputados que forem favoráveis...

O SR. LUIZ CLAUDIO ROMANELLI (PMDB) (**Pela Ordem**)

Sr. Presidente, há um requerimento de minha autoria para que esse projeto seja retirado de pauta por cinco Sessões.

O SR. PRESIDENTE (**Nelson Justus**)

Há sobre a mesa Requerimento nº 2014, de autoria dos Deputados Luiz Claudio Romanelli e Alexandre Curi, constante do expediente, solicitando a retirada da Ordem do Dia por 05 (cinco) Sessões. **Aprovado.** Fica portanto, adiada a discussão por 05 (cinco) Sessões, do Projeto de Lei nº 023/08.

### Redação Final

### ITEM 02

REDAÇÃO FINAL - do Projeto de Lei nº 326/07, de autoria da Deputada Cida Borghetti, que concede o título de Cidadão Honorário do Estado do Paraná ao Exmo. Sr. Dr. Guilberto Minguetti, professor da Universidade Federal do Paraná. **Aprovado. (Publ. no DA nº 041/07, de 07/05/07, em Projetos de Lei).**

### ITEM 03

REDAÇÃO FINAL - do Projeto de Lei nº 850/07, de autoria do Deputado Stephanes Júnior, que dispõe sobre a obrigatoriedade em restaurantes, bares, lanchonetes, quiosques, ambulantes e similares a utilizarem e fornecerem guardanapos e canudos de plástico individualmente e hermeticamente embalados em todo o estado do Paraná. **Aprovado.**

REDAÇÃO FINAL DO  
PROJETO DE LEI Nº 850/07  
A Assembléia Legislativa do  
Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1º Obriga os restaurantes, bares, lanchonetes, quiosques, ambulantes e similares a utilizarem e fornece-

rem guardanapos e canudos de plástico individualmente e hermeticamente embalados em todo o estado do Paraná.

Parágrafo Único. O material a ser empregado nas embalagens herméticas, deverá ser oxibiodegradável, obrigatoriamente.

Art. 2º O descumprimento ao disposto na presente lei sujeitará os infratores às seguintes penas:

a) 60 (sessenta) UPF/PR - Unidade Padrão Fiscal do Paraná, na 1ª infração;

b) 120 (cento e vinte) UPF/PR - Unidade Padrão Fiscal do Paraná, na reincidência;

c) 200 (duzentas) UPF/PR - Unidade Padrão Fiscal do Paraná, suspensão do alvará de funcionamento e fechamento do estabelecimento até o cumprimento dos dispositivos legais, na 3ª infração.

Art. 3º O Poder Executivo regulamentará a presente lei.

Art. 4º Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Comissões, em 06/08/08.

(aa) STEPHANES JÚNIOR - Presidente

TERUO KATO - Relator

### ITEM 04

REDAÇÃO FINAL - do Projeto de Lei nº 020/08, de autoria do Deputado Luiz Nishimori, que concede o título de Cidadão Honorário do Estado do Paraná à Sra. Kaneko Ikeda. **Aprovado. (Publ. no DA nº 002/08, de 13/02/08, em Projetos de Lei).**

### ITEM 05

REDAÇÃO FINAL - do Projeto de Lei nº 090/08, de autoria do Deputado Ademar Luiz Traiano, que determina o uso de urna em escolas públicas e particulares do estado do Paraná, para o recebimento de denúncias de violência praticada contra crianças e adolescentes. **Aprovado. (Publ. no DA nº 019/08, de 17/03/08, em Projetos de Lei).**

### ITEM 06

REDAÇÃO FINAL - do Projeto de Lei nº 192/08, de autoria do Deputado Edgar Bueno, que obriga a apresentação de documento de identidade no pagamento das despesas com cartão de crédito, e dá outras providências. COM PARECERES FAVORÁVEIS DA CCJ E CDHCD. **Aprovado.**

REDAÇÃO FINAL DO  
PROJETO DE LEI Nº 192/08  
A Assembléia Legislativa do  
Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1º Torna-se obrigatória, no estado do Paraná, a apresentação de documento de identidade para o paga-

mento de qualquer despesa a ser efetuada com a utilização de cartões de créditos, cartões de débito e cartões corporativos, bem como assinatura de seu titular nas faturas, boletos ou extratos de pagamento quando da realização das referidas despesas.

§ 1º À falta do documento de identidade, poderá ser apresentado documento oficial similar com foto.

§ 2º Na via de pagamento destinada ao estabelecimento deve ser anotado o respectivo número do documento oficial apresentado pelo titular do cartão.

Art. 2º Como medida de segurança e proteção patrimonial nas relações de consumo e visando a evitar possíveis fraudes ou o cometimento de qualquer outro tipo de penal pertinente, as empresas e estabelecimentos comerciais e financeiros que trabalham com cartões de crédito, cartões de débito e cartões corporativos deverão exigir, obrigatoriamente, a apresentação do documento de identidade, assumindo a responsabilidade do ônus no caso de descumprimento.

Parágrafo Único. No caso de recusa da apresentação do documento de identidade, as empresas e estabelecimentos comerciais e financeiros poderão negar ou desfazer a venda do produto ou a prestação do serviço anteriormente acordado, ou exigir outra forma de pagamento.

Art. 3º Excetua-se desta lei as compras por telefone e via internet.

Art. 4º Esta lei entra em vigor após 90 (noventa) dias da data de sua publicação.

Parágrafo Único. O período compreendido entre a data da publicação e da entrada em vigor da lei ficará destinado para as empresas ou estabelecimentos informarem seus clientes da necessidade de apresentação do documento nas compras utilizando cartão.

Sala das Comissões, em 06/08/08.

(aa) STEPHANES JÚNIOR - Presidente  
TERUO KATO - Relator

#### ITEM 07

REDAÇÃO FINAL - do Projeto de Lei nº 250/08, de autoria do Deputado Nereu Moura, que dispõe sobre plano de erradicação e substituição de árvores da espécie murta em todo o estado do Paraná, conforme especifica. **Aprovado.**

REDAÇÃO FINAL DO  
PROJETO DE LEI Nº 250/08  
A Assembléia Legislativa do  
Estado do Paraná

#### D E C R E T A :

Art. 1º Fica proibida, em todo o território do estado do Paraná, o plantio, comércio, transporte e produção da planta Murta (*Murraya paniculata*), por ser este vegetal um dos principais hospedeiros da bactéria

*Candidatus liberibacter ssp.*, disseminada pelo inseto vetor *Diaphorina citri*, transmissor da praga denominada Huanglongbing (HLB-Greening).

Art. 2º Será punido com multa de 2.000 UFIRs, que deverá ser aplicada em dobro e progressivamente nos casos de reincidência à infração multa, a pessoa física ou jurídica que comercializar, plantar, produzir ou transportar, no estado do Paraná, a planta Murta (*Murraya paniculata*).

Art. 3º O Governo do Estado do Paraná, por meio de seus órgãos competentes, fiscalizará e elaborará um plano de erradicação, com a devida substituição, de todas as árvores da espécie Murta (*Murraya paniculata*) já existentes em seus território.

Art. 4º O plano de erradicação das plantas já existentes deverá estar concluído no prazo de 2 (dois) anos, contado a partir da publicação da presente lei.

Art. 5º Fica a critério do Chefe do Executivo a celebração do Convênio de Cooperação com Órgãos Públicos Federais e Municipais, além de instituições privadas, ficando a critério do mesmo o estabelecimento de parcerias, tanto para a conscientização da importância do programa, como, também, para o custeio das despesas decorrentes da medida.

Art. 6º Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Sala das Comissões, em 06/08/08.

(aa) STEPHANES JÚNIOR - Presidente  
TERUO KATO - Relator

#### 1ª Discussão

#### ITEM 08

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 274/08, de autoria do Deputado Ribas Carli Filho, que altera a Lei nº 14257, de 16/12/03, que dispõe sobre o hasteamento da bandeira e execução do Hino do Estado do Paraná. COM PARECER FAVORÁVEL DA CCJ. (Publ. no DA nº 069/08, de 17/06/08, em Projetos de Lei).

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA  
PROJETO DE LEI Nº 274/08

P A R E C E R :

#### Relatório

O projeto de lei em tela tem como escopo tornar obrigatório o hasteamento da bandeira do estado do Paraná, nas escolas de rede pública de ensino médio e fundamental, todas as sextas-feiras, durante o período escolar.

**Da Legitimidade**

Para que se afira a legitimidade, é de se dizer que a Constituição Federal diz que:

*Art. 23. É competência comum da união, dos estados, do Distrito Federal e dos municípios:*

*V - proporcionar os meios de acesso à cultura, à educação e à ciência;*

E mais:

*Art. 24. Compete à união, aos estados e ao Distrito Federal legislar concorrentemente sobre:*

*IX - educação, cultura, ensino e desporto;*

Nada obstante, a Carta Magna ainda traz em seu artigo 215 que:

*Art. 215. O estado garantirá a todos o pleno exercício dos direitos culturais e acesso às fontes da cultura nacional, e apoiará e incentivará a valorização e a difusão das manifestações culturais.*

Já a Constituição do Estado do Paraná diz que:

*Art. 53. Cabe à Assembléia Legislativa, com a sanção do Governador do Estado, a qual não é exigida, no entanto, para o especificado no artigo 54, dispor sobre todas as matérias de competência do estado, especificamente:*

*XVI - matéria decorrente da competência comum prevista no art. 23 da Constituição Federal;*

*XVII - matéria da legislação concorrente da Constituição Federal;*

Ainda no mesmo texto:

*Art. 190. A cultura, direito de todos e manifestação da espiritualidade humana, deve ser estimulada, valorizada, defendida e preservada pelos Poderes Públicos estadual e municipal, com a participação de todos os segmentos sociais, visando à realização dos valores essenciais da pessoa.*

Por todas as passagens, pode-se ver que a legitimidade está comprovada. Ainda, de se notar que a preocupação com uma formação e preparação cívicas são encontradas no texto constitucional Federal e Estadual.

**Do Objeto**

O projeto de lei busca alterar a Lei nº 14257/03, em seu artigo 1º. No atual texto temos a seguinte redação:

*Art. 1º As escolas públicas de ensino médio e fundamental do estado do Paraná, no primeiro dia letivo de cada ano, deverão proceder ao hasteamento da bandeira do estado, no início de cada turno.*

Pois bem, o texto do projeto é claro ao relatar que se alterará o texto da lei ora em vigor, para que seja realizado o hasteamento toda sexta-feira, durante o período escolar. Com espeque nisso, tem-se que o projeto pode ser aprovado, dada a legitimidade e a possibilidade de alterar texto criado, função precípua do Poder Legislativo (legislar).

**Da Conclusão**

Face ao exposto, nosso parecer é pela aprovação do presente projeto.

Sala das Comissões, em 05/08/08.

(aa) DURVAL AMARAL - Presidente

RENI PEREIRA - Relator

**Em discussão. Em votação.**

O SR. MARCELO RANGEL (PPS)

Para encaminhar, Sr. Presidente.

**(Assentimento)**

Gostaria de encaminhar favoravelmente ao Projeto de Lei nº 274/08, que prevê alteração do artigo 1º da Lei nº 14257, de 16 de dezembro de 2003. O artigo 1º diz o seguinte: *Ficam as escolas públicas de ensino médio e fundamental do estado do Paraná obrigadas a proceder ao hasteamento da bandeira do estado do Paraná às sextas-feiras, durante o período escolar.*

Deputado Romanelli, também sou do tempo que toda quarta-feira, nas escolas públicas, se procedia ao hasteamento da bandeira do pavilhão nacional, do pavilhão estadual, da bandeira do estado do Paraná e, também ao Hino Estadual Paranaense. É de nossa autoria uma lei que prevê, também, a execução do Hino do Estado do Paraná nos estádios, em todo nosso estado. Portanto, acho que é extremamente importante aprovarmos, em 1ª discussão, esse projeto de lei. Acredito que valoriza o patriotismo, valoriza o civismo no estado do Paraná.

O SR. PRESIDENTE (Nelson Justus)

Encerrada a discussão. Em votação. Os Deputados que aprovam, permaneçam como estão. **Aprovado.**

**ITEM 09**

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 287/08, de autoria do Tribunal de Justiça - Ofício nº 426/08, que revoga o artigo 149, da Lei Estadual nº 14277, de 30/12/03 - Código de Organização e Divisão Judiciárias do Estado do Paraná. COM PARECER FAVORÁVEL DA CCJ. **Aprovado.**

PROJETO DE LEI Nº 287/08

A Assembléia Legislativa do

Estado do Paraná

**D E C R E T A :**

Art. 1º Fica revogado o artigo 149, da Lei Estadual nº 14277, de 30/12/03 - Código de Organização e Divisão Judiciárias do Estado do Paraná, que passa a vigorar com nova redação conforme segue:

“Art. 149. Revogado.”

Art. 2º Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões, em 25/06/08.

(a) TRIBUNAL DE JUSTIÇA

**JUSTIFICATIVA:**

O presente anteprojeto de lei tem por objetivo a revogação do artigo 149 da Lei Estadual nº 14277, de 30/12/03 - Código de Organização e Divisão Judiciárias do Estado do Paraná.

Nos termos da manifestação do Desembargador Relator, na Comissão de Organização e Divisão Judiciárias:

“Na realidade, a competência para legislar acerca da prestação de transporte urbano (municipal), por se constituir em serviço público de interesse local, é dos municípios, enquanto que os estados são competentes para explorar e regulamentar a prestação de serviços de transporte intermunicipal.

Desse modo, o artigo 149, da Lei Estadual nº 14277/03, ao dispor que “No exercício de suas funções, os Oficiais de Justiça e os Comissários de Vigilância terão passe-livre no transporte coletivo urbano e intermunicipal”, por implicar em ofensa ao artigo 30, inciso V, da Constituição Federal, que atribui competência aos municípios para “V - organizar e prestar, diretamente ou sob regime de concessão ou permissão, os serviços públicos de interesse local, incluído o de transporte coletivo, que tem caráter essencial”, dispositivo repetido literalmente pela Constituição Estadual em seu artigo 17, inciso V (“organizar e prestar, diretamente ou sob o regime de concessão ou permissão, os serviços públicos de interesse local, incluído o de transporte coletivo, que tem caráter essencial”), tem a eiva da inconstitucionalidade por invadir o âmbito da autonomia municipal, que lhe é reservada pelos referidos dispositivos.”

Por unanimidade de votos, a douta Comissão de Organização e Divisão Judiciária, reunida na 1ª Sessão Ordinária do dia 09/04/07, aprovou a proposta, que contou com a aprovação, por unanimidade de votos, do egrégio Órgão Especial do Tribunal de Justiça, em Sessão realizada no dia 22/06/07

Tal proposta de revogação do artigo 149, não implica em impacto orçamentário-financeiro.

**COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA**  
**PROJETO DE LEI Nº 287/08**

**P A R E C E R :**

**Preâmbulo**

O presente projeto de lei, de autoria do Tribunal de Justiça do Estado do Paraná, tem como escopo revogar o artigo 149 da Lei Estadual nº 14277/03, que criou o Código de Organização e Divisão Judiciária do Estado do Paraná.

**Legitimidade e Legalidade**

Inicialmente devemos destacar que o presente projeto pretende revogar o artigo 149 da Lei Estadual nº 14277 de 30/12/03, que trata sobre prestação de transporte coletivo urbano intermunicipal.

Entende o legislador que na realidade a competência para legislar acerca da prestação de transporte urbano

(municipal), por se constituir em serviço público de interesse local, é dos municípios, enquanto que os estados são competentes para explorar e regulamentar a prestação de serviço de transporte interestadual.

Dessa forma, entende-se que o artigo citado ao dispor que no exercício de suas funções os Oficiais de Justiça e os Comissários de Vigilância terão passe-livre no transporte coletivo urbano e intermunicipal, estariam contrariando o estabelecido no artigo 30, inciso V da Constituição Federal. Vejamos o artigo:

*Art. 30. Compete aos municípios:*

*V - organizar e prestar, diretamente ou sob regime de concessão ou permissão, os serviços públicos de interesse local, incluído o de transporte coletivo, que tem caráter essencial.* (grifos nossos)

Pois bem, a Constituição Estadual assegura em seu artigo 65 que compete à iniciativa das leis complementares e ordinárias, dentre outros, ao Presidente do Tribunal de Justiça. Vejamos:

*Art. 65. A iniciativa das leis complementares e ordinárias cabe a qualquer membro ou comissão da Assembléia Legislativa, ao Governador do Estado, ao Presidente do Tribunal de Justiça, ao Procurador Geral de Justiça e aos cidadãos, na forma e nos casos previstos nesta Constituição.* (grifos nossos)

A iniciativa das alterações, revogações legislativas cabe aos membros que detêm a iniciativa para a proposição de lei nova, ou seja, os mesmos elencados no artigo 65 da Constituição Estadual supramencionada. Razão pela qual o presente projeto apresenta-se em consonância com o exigido formalmente.

Em resumo, entende-se que quem cria a lei é quem tem poder para alterar, modificar ou revogar a mesma.

Ainda, a Lei Complementar nº 095/98, referente à técnica legislativa, expressamente reza em seu artigo 9º a seguinte proposição, vejamos:

*Art. 9º A cláusula de revogação deverá enumerar, expressamente, as leis ou disposições legais revogadas.*

Dessa maneira, o presente projeto em análise encontra-se em perfeita conformidade com o exigido pela norma hierarquicamente superior.

**Conclusão**

Diante do exposto, verificou-se que o presente projeto está revestido de constitucionalidade, sendo que com fulcro no argumento, nosso parecer é pela aprovação do projeto de lei que ora se analisa.

Sala das Comissões, em 05/08/08.

(aa) DURVAL AMARAL - Presidente

CAÍTO QUINTANA - Relator

**ITEM 10**

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Resolução nº 015/08, de autoria da Comissão de Tomada de Contas, que aprova o ressarcimento das despesas dos Srs. Deputados, mês de julho de 2008, conforme Resolução nº 003/04. **COM PARECER FAVORÁVEL DA COMISSÃO DE TOMADA DE CONTAS. Aprovado.**

PROJETO DE RESOLUÇÃO Nº 015/08  
A Assembléia Legislativa do  
Estado do Paraná

**R E S O L V E :**

Art. 1º Fica aprovada a prestação de contas da verba de ressarcimento para atender despesas dos Srs. Deputados, referente ao mês de julho de 2008, conforme Resolução nº 003/04 de 15/03/04.

Art. 2º Esta resolução entrará em vigor na data de sua publicação.

Sala das Comissões, em 05/08/08.

(a) COMISSÃO DE TOMADA DE CONTAS

Apoioamento:

Douglas Fabrício, Ribas Carli Filho e 01 ilegível.

COMISSÃO DE TOMADA DE CONTAS  
2ª SESSÃO LEGISLATIVA - 16ª LEGISLATURA  
PROPOSIÇÃO Nº 067/08

**P A R E C E R :**

Encaminhada à esta Comissão de Tomada de Contas a Proposição em tela, prestando contas da verba de créditos para atender ressarcimento das despesas dos Srs. Deputados, referente ao mês de julho 2008, conforme Resolução nº 003/04 de 15/03/04.

Entende este Relator, após análise dos documentos entregues, que as despesas constantes da Proposição nº 067/08, encontra-se de conformidade com a legislação em vigor, não restando qualquer dúvida quanto à exatidão das contas apresentadas, atendendo sua regulamentação, concluindo pelo parecer favorável - Aprovado.

É o parecer favorável - Aprovado.

Sala das Comissões, em 05/08/08.

(aa) DUÍLIO GENARI - Presidente  
EDSON STRAPASSON - Relator

O SR. LUIZ CLAUDIO ROMANELLI (PMDB)

Pela ordem, Sr. Presidente.

**(Assentimento)**

Sr. Presidente, apenas pediria a atenção das Sras. e Srs. Parlamentares a uma questão de encaminhamento que queria fazer à Mesa. Nos últimos dias, tenho acompanhado uma discussão que tem se travado, especialmente nos meios de comunicação, acerca da participação dos Deputados e Deputadas Estaduais no processo das campanhas eleitorais, em que especialmente eles exercendo um direito, que é um direito e um dever, no caso específico, de cidadania da pessoa poder, legitimamente, se candidatar a disputar uma eleição, considerando que o nosso calendário estadual prevê que de dois em dois anos temos eleição. E as eleições municipais não coincidem com as eleições para os estabelecimentos dos Governos Estaduais e da República. E isso acaba gerando, de fato, uma controvérsia do ponto de vista da necessidade que o Parlamentar tem ou não de se licenciar do exercício do mandato parlamentar que ele exerce por força, claro, dos dispositivos constitucionais.

Ocorre, Sr. Presidente, que infelizmente vivemos em uma época em que há uma certa escandalização na política e há uma tentativa, muitas vezes, de se promover o linchamento de uma pessoa, especialmente se ela exercer algum cargo público, e no caso específico aqueles que exercem um cargo nos Parlamentos estão ainda mais sujeitos a esse linchamento. E tenho percebido que há, por conta, claro, de determinados veículos de comunicação, um mau humor em relação à Assembléia Legislativa do Estado do Paraná.

Por conta disso, temos aqui, contados, computadores, cerca de 12 Parlamentares, Deputados e Deputadas, que estão disputando essas eleições municipais. A todos aqueles que vêm comigo conversar, eu tenho feito um apelo para que eles não se licenciem do mandato parlamentar, porque, veja, esta nossa Casa em um estado que tem 10 milhões e 200 mil habitantes, 7 milhões e 300 mil eleitores, temos apenas 54 Parlamentares. Ora, não podemos, considerando que tanto a Constituição, quanto o Regimento Interno, não prevêm a substituição de um Parlamentar quando o mesmo requerer licença, e aí no caso tem que ser uma licença para tratar de assuntos de interesse pessoal ou a licença médica, ou licença de interesse pessoal que são permitidas, ou então aquela de exercer um cargo público em comissão em uma outra esfera, por exemplo, Secretário de Estado.

Bom, muito bem, aonde eu quero chegar, Sr. Presidente? Ninguém pode pedir licença com o prazo inferior a 121 dias e com isso, efetivamente, assumir o suplente desse Parlamentar. E esta Casa também, olha, hoje mesmo estamos recebendo aqui três mensagens importantíssimas para os servidores públicos da área da Educação no estado do Paraná. Esta Casa não pode, Sr. Presidente, prescindir da presença em plenário de 12 Parlamentares, quando tem apenas 54 Parlamentares. É uma redução muito significativa do nosso quórum, sabendo que temos Parlamentares que estão em tratamento de saúde, Parlamentares que eventualmente têm que se deslocar até Brasília por conta da representação que exercem. Ou seja, o que eu estou querendo dizer, Sr. Presidente? Primeiro, e publicamente fazendo um apelo para que os candidatos que são Parlamentares não se licenciem, sob o risco de não conseguirmos votar projetos importantíssimos, especialmente essas mensagens que concedem benefícios para os servidores públicos da área da Educação do Estado do Paraná, entre outros. Mas, esta Casa, Sr. Presidente, não pode prescindir de ter um processo legislativo regular por conta do mau humor de determinados veículos de comunicação.

Então, queria dizer a V. Exa. o seguinte: não há no nosso Regimento como substituir o Parlamentar que se afasta por um período inferior a 121 dias, V. Exa. sabe disso, como sabem os demais Parlamentares. Mas, o período de eleições vai até o dia 5 de outubro. Olha, hoje é 11 de agosto, ou seja, temos cerca de 54 dias até o dia 5 de outubro.

Então, Sr. Presidente, quero aqui, no exercício da Liderança do Governo, fazer um apelo aos Parlamentares, mesmo àqueles que são da Oposição, mas a presença do Parlamentar nesta Casa, mesmo de Oposição, mesmo votando contra, garante o quórum para que possamos funcionar regularmente na Assembléia Legislativa, nas Sessões deliberativas, que são fundamentais para esta Casa.

Estou colocando isso, Sr. Presidente, porque vi a manipulação que foi feita durante o último final de semana, especialmente por um veículo de comunicação sobre esse tema. Sabemos o quanto responsáveis são os Parlamentares. Sinto-me responsável, porque diversos desses Parlamentares vieram conversar comigo. Eu, na semana passada, os impedi, literalmente, de poder protocolar os pedidos de licença, por conta da responsabilidade que, é claro, tenho como Líder do Governo. V. Exa. como Presidente e a cada um dos outros Parlamentares, de fazer com que os projetos sejam votados de forma regular e o processo legislativo possa ocorrer.

Está aqui ao meu lado direito o Deputado Antonio Belinati, candidato a Prefeito de Londrina. À minha esquerda o Deputado Cheida, que é também candidato a Prefeito de Londrina. O Deputado Jocelito que é candidato a Prefeito de Ponta Grossa. Entre outros. O Deputado Kielse que é candidato à Vice-Prefeito de Curitiba.

Queria que V. Exa. acatasse esse meu encaminhamento, no sentido de que a Mesa recomende que nenhum Parlamentar se licencie. Não podemos prescindir da presença desses Parlamentares. Os projetos são importantíssimos, nessas próximas semanas teremos que estar votando esses projetos e a nossa Casa não tem como substituir 12 Parlamentares, porque não há previsão regimental. Não podemos prescindir da presença desses Parlamentares, para efeito de quórum, aqui na Assembléia Legislativa.

É esse apelo que faço, Sr. Presidente, no exercício da Liderança do Governo. V. Exa., como Presidente desta Casa, e a Mesa Diretora têm a responsabilidade de estabelecer a dinâmica de votação aqui na Assembléia e pudesse se levar em conta esse nosso posicionamento. Fazer esse apelo às Sras. e Srs. Parlamentares para que não se licenciem, porque precisamos deles aqui, votando. Eles têm feito isso de forma responsável. Na última quarta-feira tivemos quórum absoluto nesta Casa, para poder votar sem nenhum problema e não podemos abrir mão de 12 Deputados votando nesses projetos importantíssimos, que esta Casa tem que votar nessas próximas semanas.

Obrigado, Sr. Presidente, pela sua atenção.

#### O SR. PRESIDENTE (Nelson Justus)

Quero cumprimentá-lo. Cabe perfeitamente a questão de ordem do Deputado Romanelli. Até me enseja a oportunidade para esclarecer àqueles que questionam, se haverá qualquer tipo de alteração nas nossas Sessões Ordinárias. Absolutamente não há motivo e nem razão para que haja qualquer tipo de modificação, no que diz respeito ao horário e aos dias das Sessões.

Concordo perfeitamente que também não vejo, pelo tempo que estou nesta Casa, como tantos outros, nunca houve qualquer tipo de solução de continuidade nos trabalhos da Casa, em virtude das eleições municipais. Não há necessidade também de licença de qualquer Parlamentar, candidato a Prefeito ou Vice-Prefeito, porque somos em 12 e não teríamos condições de substituí-los, pelo prazo de 60 ou 90 dias, ou quantos forem, ou a menos de 121 dias.

Portanto, endosso o apelo do Líder do Governo, para que nos façamos presentes, como tem acontecido até então. Tivemos um bom quórum na segunda passada, terça e quarta. Hoje estamos com 38 Srs. Deputados, portanto, em condições de votar qualquer matéria. Acaba de chegar a mensagem.

#### O SR. LUIZ CARLOS MARTINS (PDT)

Pela ordem, Sr. Presidente?

(Assentimento)

Não sei se cabe, mas era isso exatamente o que estávamos conversando, aqui, junto com os Deputados Elio Rusch e Valdir Rossoni, exatamente o que V. Exa. acabou de dizer. Não seria diferente, conhecendo V. Exa. como conhecemos. “Vamos continuar como antes, no quartel de Abrantes.”

#### O SR. JOCELITO CANTO (PTB)

Pela ordem, Sr. Presidente?

#### O SR. PRESIDENTE (Nelson Justus)

Pela ordem, com a palavra o Deputado Jocelito Canto, candidato a Prefeito, com 100% de frequência nesta Casa.

#### O SR. JOCELITO CANTO (PTB)

Sr. Presidente, não iria falar, mas como é o tema que V. Exa. aborda neste momento, quero dizer que estarei honrando esta Casa e não faltarei a nenhuma Sessão. Irei até o último dia aqui presente, vou e volto todos os dias para Ponta Grossa e quero manter esse patrimônio que consegui aqui que é 100% neste mandato. V. Exa. Deputado Romanelli, fique tranquilo, que o Deputado Jocelito Canto não faltará a nenhuma Sessão.

#### O SR. ELIO RUSCH (DEM)

Sr. Presidente, Deputado Nelson Justus, demais Parlamentares. Estamos aqui na Casa há 18 anos, junto com V. Exa. e demais Deputados, diversos outros Parlamentares que estão na Casa há muitos anos. É lógico que a cada dois anos temos eleições no Brasil inteiro. E não podemos nos enganar, todos somos agentes políticos e somos movidos a voto. E só seremos bem sucedidos nas nossas eleições para Deputados, se participarmos nas eleições municipais. Mas, o que quero dizer e respondendo pela Liderança da Oposição, não existe nenhum projeto

na Casa e nenhuma das Comissões, nenhum projeto aguardando a inclusão do mesmo na Ordem do Dia, por falta de quórum aqui na Assembléia. Neste momento, 38 Parlamentares, numa segunda-feira, estão aqui registradas as suas presenças.

Também comungo com o Líder do Governo e os Srs. Parlamentares, que o Deputado, a lei lhe faculta. E o que esperamos, que defendo particularmente, o meu partido defende a coincidência de mandato no Brasil. O dia em que tivermos uma só eleição, de Presidente da República a Vereador, a fidelidade partidária existe. Acaba exatamente essa situação. A pessoa se elege a Deputado, Senador, Vereador, em não se elegendo, ele continua exercendo o seu cargo no Legislativo. E a partir do momento que o Brasil, através da legislação federal, de uma reforma política e uma reforma partidária, possamos também resolver essa questão.

Mas, o que temos que dizer para a sociedade do Paraná e do Brasil, que todos nós Parlamentares somos políticos e somos cobrados pela nossa base. Os nossos candidatos a Vereadores, a Prefeitos, exigem a nossa presença no interior. Em todo tempo que estamos aqui na Casa sempre existiu que os Parlamentares antecipassem a Sessão de quinta-feira para quarta, o que existiu esse ano. Nenhuma Sessão deixou de ser realizada. A Assembléia funciona de segunda a sexta. Os gabinetes todos estão abertos, com suas assessorias. Quem não está presente na quinta e sexta-feira é o Parlamentar, que está no interior, junto com os seus companheiros, fazendo campanha e fazendo política. O mais importante é que se diga para a sociedade do Paraná que todas as mensagens, tanto do Executivo, do Judiciário ou de autoria dos Srs. Parlamentares, nenhum projeto está parado. Todos estão andando nas Comissões Permanentes e aqui na Assembléia Legislativa.

Por exemplo, temos a mensagem da Polícia Militar que veio para esta Casa. Rapidamente passou nas Comissões, passou na CCJ, nas outras Comissões, veio para o Plenário, recebeu as emendas na quarta-feira da semana passada, amanhã a CCJ já vai analisar essas emendas que foram apresentadas para os Parlamentares, e tenho certeza que na quarta-feira V. Exa. haverá de incluir esse projeto para ser votado.

E acaba de vir também uma mensagem do Executivo que V. Exa. determine a leitura, ele vai passar nas Comissões, recebe as emendas no plenário que é de praxe, o Deputado que achar que deve apresentar emenda, apresenta, mas o que não podemos aceitar é efetivamente que de repente sejamos tachados como se a Assembléia não estivesse trabalhando. A Assembléia está trabalhando, Deputados da Oposição estão fiscalizando com responsabilidade, procurando o caminho certo; o Governo procura trazer seus Deputados aqui na Assembléia Legislativa, e dizer mais uma vez: nenhum projeto importante deixou de ser votado por falta de quórum.

Parabéns a V. Exa.

O SR. PRESIDENTE (Nelson Justus)

Obrigado.

## **Requerimentos**

O SR. PRESIDENTE (Nelson Justus)

Sobre a mesa, Requerimentos nºs 1986 a 2004 e 2007, de autoria do Deputado Plauto Miró, constantes do expediente. **Aprovados.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 2005, de autoria do Deputado Jocelito Canto, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 2008, de autoria da Deputada Cida Borghetti, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 2009, de autoria do Deputado Antonio Anibelli, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimentos nºs 2010 a 2012, de autoria do Deputado Luiz Nishimori, constantes do expediente. **Aprovados.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 2013, de autoria do Deputado Stephanes Júnior, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

A propósito, solicito ao Sr. 1º Secretário, Deputado Teruo Kato, que leia as duas mensagens que chegaram do Palácio neste momento.

O SR. 1º SECRETÁRIO (Teruo Kato)

(Procede à leitura das mensagens, já constantes no Expediente)

O SR. PRESIDENTE (Nelson Justus)

Este era o expediente que estávamos aguardando, as duas mensagens do Governo. Já mandamos autuar, para que amanhã essas duas mensagens sejam encaminhadas para a CCJ.

## **Encerramento da Sessão:**

Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a presente Sessão, marcando outra para terça-feira, dia 12, à hora regimental, com a seguinte

### **ORDEM DO DIA:**

2ª DISCUSSÃO - dos Projetos de Lei nºs 274 e 287/08 e do Projeto de Resolução nº 015/08.

1ª DISCUSSÃO - dos Projetos de Lei nºs 273, 285, 305, 325 e 326/08.

DISCUSSÃO ÚNICA - da Proposição nº 053/08.

Levanta-se a Sessão.



**Publicações:****Atas de Comissões****Constituição e Justiça****COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA  
2ª SESSÃO LEGISLATIVA - 16ª LEGISLATURA  
ATA DA 23ª REUNIÃO ORDINÁRIA**

Aos cinco dias do mês de agosto de dois mil e oito, reuniu-se na sala de reuniões das comissões da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, a Comissão de Constituição e Justiça, sob a presidência do Sr. Deputado Durval Amaral e com a presença dos Srs. Deputados: Caíto Quintana, Carlos Simões, Douglas Fabrício, Duílio Genari, Luiz Claudio Romanelli, Nereu Moura, Reni Pereira, Tadeu Veneri e Dr. Batista. Havendo número legal, o Sr. Presidente deu por aberta a presente reunião, colocando a ata da última reunião ordinária em discussão e votação - aprovada, com pedido de dispensa de leitura pelo Deputado Reni Pereira. Passou-se à Ordem do Dia: 01) Projeto de Lei nº 176/08 de autoria do Deputado Dr. Batista. O Sr. Deputado Carlos Simões SOLICITA VISTAS - CONCEDIDO pelo Presidente; 02) Projeto de Lei nº 240/08 de autoria do Deputado Elio Rusch. O Sr. Deputado Reni Pereira, Relator, requer a CONVERSÃO da matéria em diligência junto ao DER - DEFERIDO pelo Presidente; 03) Projeto de Lei nº 241/08 de autoria do Deputado Elio Rusch. O Sr. Deputado Douglas Fabrício, Relator, requer a CONVERSÃO da matéria em diligência junto à Secretaria de Estado dos Transportes - DEFERIDO pelo Presidente; 04) Projeto de Lei nº 252/08 de autoria do Deputado Elio Rusch. Parecer FAVORÁVEL do Deputado Reni Pereira, na forma da emenda anexa - APROVADO, com abstenção de votação do Deputado Luiz Claudio Romanelli; 05) Projeto de Lei nº 274/08 de autoria do Deputado Ribas Carli Filho. Parecer FAVORÁVEL do Deputado Reni Pereira - APROVADO; 06) Projeto de Lei nº 287/08 de autoria do Tribunal de Justiça. Parecer FAVORÁVEL do Deputado Caíto Quintana - APROVADO; 07) Projeto de Lei nº 324/08 de autoria do Tribunal de Justiça. Parecer FAVORÁVEL do Deputado Reni Pereira - APROVADO. Nada mais havendo a tratar, e para constar e produzir efeitos legais, lavrei a presente ata que após lida e aprovada, será assinada pelo Presidente, pelos Deputados presentes e por mim, Ana Andretta, advogada e secretária desta Comissão.

(aa) DURVAL AMARAL - Presidente  
Ana Andretta - Secretária

**Comissão de Finanças****COMISSÃO DE FINANÇAS  
1ª SESSÃO LEGISLATIVA- 16ª LEGISLATURA  
ATA DA 11ª REUNIÃO ORDINÁRIA**

Aos vinte e dois dias do mês de agosto de dois mil e sete, reuniu-se ordinariamente a Comissão de Finanças, na sala de reuniões das comissões, às 13h00, sob a Presidência do

Sr. Deputado Reni Pereira, mais as presenças dos seguintes Srs. Deputados: Edson Strapasson, Antonio Belinati e Plauto Miró. O Sr. Presidente declarou abertos os trabalhos, solicitando ao Deputado Antonio Belinati que fizesse a leitura da ata da reunião anterior, o Deputado Plauto Miró pediu dispensa da leitura a qual foi dispensada e aprovada. A seguir, passou-se à Ordem do Dia, com os seguintes itens: 01) Projeto de Lei nº 192/07 – Autor Deputado Mauro Moraes, isenta motocicletas e similares do pagamento de pedágio, na forma que menciona. Relator Deputado Antonio Belinati. Parecer FAVORÁVEL – APROVADO. Nada mais havendo a tratar, o Sr. Presidente encerrou os trabalhos, e para constar e produzir os efeitos legais, lavrei a presente ata, que após lida e aprovada será assinada pelo Sr. Presidente e por mim Wilson Penka, Secretário da Comissão.

(aa) RENIPEREIRA - Presidente  
Wilson Penka - Secretário

**COMISSÃO DE FINANÇAS  
1ª SESSÃO LEGISLATIVA- 16ª LEGISLATURA  
ATA DA 12ª REUNIÃO ORDINÁRIA**

Aos vinte e nove dias do mês de agosto de dois mil e sete, reuniu-se ordinariamente a Comissão de Finanças, na sala de reuniões das comissões, às 13h30, sob a Presidência do Sr. Deputado Edson Strapasson, mais as presenças dos seguintes Srs. Deputados: Reni Pereira, Antonio Belinati, Elio Rusch, Elton Welter, Dobrandino da Silva e Francisco Bühner. O Sr. Presidente declarou abertos os trabalhos, solicitando ao Deputado Antonio Belinati que fizesse a leitura da ata da reunião anterior, o Deputado Reni Pereira pediu dispensa da leitura a qual foi dispensada e aprovada. A seguir, passou-se à Ordem do Dia, com os seguintes itens: 01) Projeto de Lei nº 511/07 – Autor Poder Executivo – Mensagem nº 026/07, que estabelece normas do Processo Administrativo Fiscal de Instrução Probatória relativo ao rito de cobrança administrativa das Taxas de Exercício do Poder de Polícia e de Serviços Prestados pelo Corpo de Bombeiros, instituídas pela Lei nº 13976, de 26 de dezembro de 2002. Relator Deputado Dobrandino Da Silva. Parecer FAVORÁVEL – APROVADO. 02) Projeto de Lei nº 491/07 – Autor Deputado Artagão, que obriga os fornecedores de serviços no âmbito do estado do Paraná a disponibilizarem nas faturas seus endereços completos e dá outras providências. Relator Deputado Elio Rusch. Solicita o adiamento da discussão do parecer sendo o mesmo aprovado. 03) Projeto de Lei nº 512/07 – Autor Poder Executivo – Mensagem nº 27/07, o capital social autorizado da Agência de Fomento do Paraná S/A, criada pela Lei nº 11.741, de 19 de junho de 1997, será no valor de até R\$ 2.000.000.000,00 (Dois bilhões de reais). Relator Deputado Elton Welter. Nesse momento, o Relator solicita a presidência que aguarde alguns instantes, tendo em vista que o relatório está sendo encaminhado por seu assessor. O Presidente defere suspendendo a reunião por 3 minu-

tos. Reaberta a reunião, o Relator faz a leitura do parecer. Após a leitura os Deputados Elio Rusch, Reni Pereira e Antonio Belinati, solicitam vistas ao projeto, o Presidente defere e ao mesmo tempo determina o encaminhamento de cópias aos membros da Comissão. Foi deliberado também pedido de informações a Secretaria de Estado da Fazenda, a fim de prestar esclarecimentos no seguinte sentido: qual a origem dos recursos e se há um cronograma de aporte? esses recursos estão habilitados de acordo com a Lei Orçamentária Anual, compatíveis com o Plano Plurianual e ainda com a Lei de Diretrizes Orçamentária? Qual a finalidade do aumento do capital social e da possível integralização? Qual o momento devido para que o capital seja integralizado, salientado na mensagem governamental? O Sr. Presidente ressalta a importância desses esclarecimentos para dar continuidade a discussão da matéria, em reunião extraordinária marcada para segunda – feira dia 03 de setembro do corrente, às 13h30. Nada mais havendo a tratar, o Sr. Presidente encerrou os trabalhos, e para constar e produzir os efeitos legais, lavrei a presente ata, que após lida e aprovada será assinada pelo Sr. Presidente e por mim Wilson Penka, Secretário da Comissão.

(aa) EDSON STRAPASSON - Presidente  
WILSON PENKA - Secretário

COMISSÃO DE FINANÇAS  
1ª SESSÃO LEGISLATIVA- 16ª LEGISLATURA  
ATA DA 15ª REUNIÃO ORDINÁRIA

Aos três dias do mês de outubro de dois mil e sete, reuniu-se ordinariamente a Comissão de Finanças, na sala de reuniões das comissões, às 13h30, sob a presidência do Sr. Deputado Edson Strapasson, mais a presença dos seguintes Srs. Deputados: Antonio Belinati, Dobrandino da Silva, Elio Rusch. Havendo número legal, o Sr. Presidente declarou abertos os trabalhos. Deputado Elio Rusch pede dispensa da leitura, sendo dispensada e aprovada. A seguir passou-se à Ordem do Dia. 01) Projeto de Lei nº 008/07 – Autor Deputado Fabio Camargo, que dispõe sobre as garantias trabalhistas dos Agentes Comunitários de saúde no estado do Paraná. Relator Deputado Dobrandino da Silva. Parecer FAVORÁVEL - APROVADO. 02) Projeto de Lei nº 155/07 – Autor Deputado Ribas Carli Filho, que institui desconto no imposto sobre a propriedade de veículos automotores – IPVA, aos contribuintes e dá outras providências. Relator Deputado Dobrandino da Silva. Parecer CONTRÁRIO. Em discussão o Parecer Contrário do Sr. Deputado Dobrandino da Silva. O Sr. Deputado Elio Rusch, requer vistas do referido Projeto, sendo a mesma deferida. 03) Projeto de Lei nº 604/07 – Autor Poder Executivo – Mensagem nº 032/07, que objetiva o ingresso do estado do Paraná, no Consórcio Internacional para Gestão dos Resíduos Sólidos Urbanos. Este Projeto já constou da pauta da reunião anterior. Porém o Sr. Deputado Elio Rusch havia solicitado vistas da matéria, após sua aná-

lise retorna nesta Sessão para a devida votação. Consulta, o Sr. Deputado, se apresenta voto em separado ou não. Após a informação do Sr. Deputado Elio Rusch, que esclarece não apresentar voto em separado, tendo em vista ter consultado o Presidente da Comissão sobre esta questão que envolve a região metropolitana, e ainda, que as informações recebidas nos convencem plenamente. O Sr. Presidente agradece as palavras do Sr. Deputado Elio Rusch, e esclarece ainda, que existe um Consórcio já formado entre os municípios da região metropolitana que objetiva o enfrentamento do problema da destinação final do lixo, dos Resíduos Sólidos em função da dificuldade do aterro da Cachimba, que encontra-se praticamente esgotada a sua capacidade já algum tempo. Nesse sentido, a responsabilidade é constitucionalmente dos municípios, porém o estado deverá participar, aportando recursos capazes de construir um aterro, de acordo com as normas ambientais. Em discussão o Parecer do Relator Deputado Reni Pereira. Parecer FAVORÁVEL - APROVADO. Nada mais havendo a tratar, o Sr. Presidente encerrou os trabalhos desta reunião, que para constar e produzir os efeitos legais, lavrei a presente ata, que após lida e aprovada será assinada pelo Sr. Presidente e por mim Wilson Penka, Secretário da Comissão.

(aa) EDSON STRAPASSON - Presidente  
Wilson Penka - Secretário

COMISSÃO DE FINANÇAS  
1ª SESSÃO LEGISLATIVA- 16ª LEGISLATURA  
ATA DA 16ª REUNIÃO ORDINÁRIA

Aos dezessete dias do mês de outubro de dois mil e sete, reuniu-se ordinariamente a Comissão de Finanças, na sala de reuniões das comissões, às 13h30, sob a presidência do Sr. Deputado Edson Strapasson, mais a presença dos seguintes Srs. Deputados: Antonio Belinati, Elio Rusch, Elton Welter. Havendo número legal, o Sr. Presidente declarou abertos os trabalhos. Deputado Elton Welter pede dispensa da leitura, sendo dispensada e aprovada. A seguir passou-se à Ordem do Dia. Deputado Elio Rusch pede inversão da pauta. O Sr. Presidente defere. 01) Projeto de Resolução nº 029/07 – Autor Mesa Executiva, que dispõe sobre a instituição do Fundo Especial de Modernização e Aprimoramento Funcional da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná – FEMALP. Relator Deputado Elio Rusch, esclarece que esteve em reunião com a Mesa Executiva e as lideranças partidárias, conversando a respeito do referido projeto discorrendo sobre a criação desse fundo, onde terá a participação do Banco Itaú e do Banco HSBC que visa a modernização da Assembléia Legislativa, no que tange a informatização, as implantações da TV Assembléia e do painel eletrônico, fatores que possibilitam maior agilidade e transparência no processo legislativo. Parecer – FAVORÁVEL – APROVADO. 02) Projeto de Lei nº 433/07 – Autor Deputado Edgard Bueno, que institui o Programa de Condomínios Industriais em parcerias que poderão ser

firmados pelo Governo do Estado com as Prefeituras Municipais e dá outras providências. Relator Deputado Reni Pereira. Parecer FAVORÁVEL – APROVADO, parecer lido pelo Deputado Elton Welter. O Sr. Presidente, informa ainda, que existem os itens 03 e 04 da pauta com a relatoria do Sr. Deputado Elton Welter, que requer ao Presidente o adiamento para a próxima reunião. O Sr. Presidente defere, ao mesmo tempo em que informa: item 03) Projeto de Lei nº 386/07 – Autor Deputado Luiz Carlos Martins, que autoriza o Poder Executivo a implantar tarifa diferenciada de energia elétrica aos consumidores que utilizam aparelhos de sobrevivência. Relator Deputado Elton Welter; item 04) Projeto de Lei nº 475/07 – Autor Deputado Plauto Miró, que dispõe sobre tarifa reduzida de energia elétrica, empresas no período noturno. Relator Deputado Elton Welter. Nada mais havendo a tratar, o Sr. Presidente encerrou os trabalhos desta reunião, que para constar e produzir os efeitos legais, lavrei a presente ata, que após lida e aprovada será assinada pelo Sr. Presidente e por mim Wilson Penka, Secretário da Comissão.

(aa) EDSON STRAPASSON - Presidente  
Wilson Penka - Secretário

COMISSÃO DE FINANÇAS  
1ª SESSÃO LEGISLATIVA- 16ª LEGISLATURA  
ATA DA 17ª REUNIÃO ORDINÁRIA

Aos trinta e um dias do mês de outubro de dois mil e sete, reuniu-se ordinariamente a Comissão de Finanças, na sala de reuniões das comissões, às 13h30, sob a presidência do Sr. Deputado Edson Strapasson, mais a presença dos seguintes Srs. Deputados: Antonio Belinati, Elio Rusch, Nereu Moura, Reni Pereira, Luiz Nishimori e Elton Welter. Havendo número legal, o Sr. Presidente declarou abertos os trabalhos. Deputado Reni Pereira pede dispensa da leitura, sendo dispensada e aprovada. A seguir passou-se à Ordem do Dia. Deputado Elio Rusch pede inversão da pauta. O Sr. Presidente defere. 01) Projeto de Lei nº 386/07 – Autor Deputado Luiz Carlos Martins, que autoriza o Poder Executivo a implantar tarifa diferenciada de energia elétrica aos consumidores que utilizam aparelhos de sobrevivência. Relator Deputado Elton Welter, esclarece após sua explanação que seu parecer é pela transformação em diligência junto a COPEL e órgãos de saúde. O Sr. Deputado Elio Rusch pede vistas da matéria. Ambas as propostas foram APROVADAS. 02) Projeto de Lei nº 475/07 – Autor Deputado Plauto Miró, que dispõe sobre tarifa reduzida de energia elétrica, empresas no período noturno. Relator Deputado Elton Welter. Parecer no sentido de transformar a matéria em diligência junto ao seu autor, solicitando o relatório de impacto financeiro. O Sr. Presidente sugere ainda o seguinte questionamento: de que forma seria feita a medição de consumo? Sendo o Parecer APROVADO. 03) Projeto de Lei nº 646/07 – Autor Poder Executivo – Mensagem nº 035/07, que fixa o efetivo da Polícia Militar do

Paraná, fixado na Lei de efetivo em vigência, acrescido em 95 policiais militares, os quais serão distribuídos por postos de graduação, conforme especifica e adota outras providências. Relator Deputado Luiz Nishimori. Parecer FAVORÁVEL – APROVADO. 04) Projeto de Lei nº 647/07 – Mensagem nº 036/07, que fixa o efetivo da Polícia Militar do Paraná, fixado na lei de fixação de efetivo em vigência, acrescido em 200 policiais militares, os quais serão distribuídos, por postos de graduação, conforme especifica e adota outras providências. (Criação do Batalhão de Patrulha Escolar Comunitária). Relator Deputado Elio Rusch. Parecer FAVORÁVEL – APROVADO. 05) Projeto de Lei nº 707/07 – Autor Poder Executivo – Mensagem nº 045/07, que autoriza o Poder Executivo a criar o Fundo Rotativo do Departamento Estadual de Trânsito do Paraná – DETRAN-PR. Relator Deputado Dobrandino da Silva. Parecer FAVORÁVEL – APROVADO. Parecer lido pelo Sr. Deputado Nereu Moura que fez o seu encaminhamento, solicitando ainda, a inclusão na pauta desta sessão o Projeto de Lei nº 677/07. O Sr. Presidente defere, mesmo porque o Projeto citado está em regime de urgência. 06) Projeto de Lei nº 677/07 – Autor Poder Executivo – Mensagem nº 039/07, que objetiva criar, com lotação na Secretaria de Estado da Justiça e da Cidadania – SEJU, 10 (dez) cargos de Vice-Diretor da Unidade Penal, símbolo 1-C e 10 (dez) cargos de Segurança de Unidade Penal, símbolo 2-C, todos de provimento em comissão. Relator Deputado Nereu Moura ao fazer o encaminhamento da discussão informa que a matéria, quando na Comissão de Constituição e Justiça foi amplamente discutida e a mesma não estava acompanhada do relatório de impacto-financeiro, porém ressalta que nesta Comissão a matéria está acompanhada do devido relatório, portanto, o seu parecer é FAVORÁVEL. Sendo o mesmo APROVADO. Srs. Deputados gostaria de salientar que nessa questão, deveria ser um procedimento da Casa, não só da Comissão de Finanças, mas também da Comissão de Constituição e Justiça, que somente tramitasse projetos de lei, quando o mesmo apresente a exigência daquilo que as Comissões da Casa necessitam para subsídio. Sugeriu o encaminhamento de expediente ao Presidente da Casa ou ao Márcio funcionário da Liderança do Governo, resolvendo estas questões, para que se possa votar com a maior brevidade possível, porém obedecendo o Regimento desta Casa. O Sr. Deputado Reni Pereira, solicita ao Presidente a inclusão na pauta desta sessão o Projeto de Lei nº 688/07 que está em regime de urgência. O Sr. Presidente defere. 07) Projeto de Lei nº 688/07 – Autor Poder Executivo – Mensagem nº 041/07, que autoriza a transferência de recursos provenientes da arrecadação do Departamento de Trânsito do Paraná – DETRAN, no exercício de 2007, no valor de R\$25.000.000,00 (vinte e cinco milhões de reais), para o orçamento próprio do Departamento de Estradas de Rodagem – DER. Relator Deputado Reni Pereira. Sr. Presidente, antes do encaminhamento, gostaria de informar que nos relatamos favoravelmente um projeto a mais

de 60 dias, era uma mensagem semelhante, posteriormente, encaminhamos um expediente ao DETRAN, para que declinasse da arrecadação daqueles valores se eram referentes a multas ou taxas. Para saber se eventualmente não é hora de se rever, porque seria uma arrecadação indireta. Gostaria de que fosse consignado em ata que já faz mais de trinta dias que esta Comissão solicitou informações ao DETRAN e até agora não recebemos. Parecer FAVORÁVEL – APROVADO. Com as considerações do Relator. O Deputado Nereu Moura indaga ao Presidente solicitasse ao Sr. Márcio, funcionário da Liderança do Governo, que viabilizasse junto ao DER a relação de obras que serão executadas com esses recursos, para que sejam anexadas a este projeto de lei e que todos os Deputados saibam. O Sr. Deputado Elton Welter, solicita ao Presidente a inclusão na pauta desta sessão o Projeto de Lei nº 696/07. O Sr. Presidente defere. 08) Projeto de Lei nº 696/07 – Autor Deputado Durval Amaral, que dispõe sobre o incentivo ao desenvolvimento aéreo no interior do estado. (ICMS – querosene combustível para aviação). Relator Deputado Elton Welter. Parecer no sentido de encaminhar ao autor para complementar com as seguintes informações: 01) Quanto que se arrecada de ICMS de querosene que é utilizado nos aviões no estado, e especificamente quanto é o ICMS cobrado no estado de São Paulo. Aprovado o encaminhamento ao autor para complementar com as informações necessárias. Nada mais havendo a tratar, o Sr. Presidente encerrou os trabalhos desta reunião, que para constar e produzir os efeitos legais, lavrei a presente ata, que após lida e aprovada será assinada pelo Sr. Presidente e por mim Wilson Penka, Secretário da Comissão.

(aa) EDSON STRAPASSON - Presidente  
Wilson Penka - Secretário

**COMISSÃO DE FINANÇAS**  
**1ª SESSÃO LEGISLATIVA- 16ª LEGISLATURA**  
**ATA DA 18ª REUNIÃO ORDINÁRIA**

Aos quatorze dias do mês de novembro de dois mil e sete, reuniu-se ordinariamente a Comissão de Finanças, na sala de reuniões das comissões, às 13h30, sob a presidência do Sr. Deputado Edson Strapasson, mais a presença dos seguintes Srs. Deputados: Antonio Belinati, Elton Welter, Reni Pereira e Dobrandino da Silva. Havendo número legal, o Sr. Presidente declarou abertos os trabalhos. Deputado Antonio Belinati pede a dispensa da leitura, sendo dispensada e aprovada. A seguir passou-se à Ordem do Dia. Deputado Dobrandino da Silva pede inversão da pauta. O Sr. Presidente defere. 05) Projeto de Lei nº 716/07 – Autor Deputado Waldyr Pugliese, que dispõe sobre o parcelamento dos débitos não-tributáveis, perante o Tribunal de Contas. Relator Deputado Dobrandino da Silva. Parecer FAVORÁVEL – APROVADO, NA FORMA DA EMENDA. 06) Projeto de Lei nº 682/07 – Autor Deputado Marcelo Rangel, ficam as instituições da rede pública de ensino estadual, obrigadas a fornecer ali-

mentos funcionais na merenda oferecida aos alunos. Relator Deputado Antonio Belinati. Sr. Presidente, primeiramente, na minha opinião, caberia aqui um pedido de sugestão aos órgãos competentes. Contudo, no aspecto meritório endentemos que não provoca impacto financeiro, e sendo assim, recomendamos a sua aprovação. Em votação o Parecer FAVORÁVEL com as considerações do Deputado Relator. APROVADO. 07) Projeto de Lei nº 624/07 – Autor Deputado Luiz Claudio Romanelli, que dispõe sobre a concessão de bolsa auxílio aos estudantes universitários indígenas com base na Lei nº 13134, de 18 de abril de 2001 e alteração posterior. Relator Deputado Antonio Belinati. Parecer FAVORÁVEL – APROVADO. 08) Projeto de Lei nº 727/07 – Autor Poder Executivo – Mensagem nº 047/07, que autoriza o Poder Executivo a contratar operação de crédito externo até o montante de US\$10.000.000,00 (dez milhões de dólares norte-americano), junto ao Banco Interamericano de Desenvolvimento para financiamento do Programa de Apoio aos Arranjos Produtivos Locais no Estado do Paraná – Pró APL. Relator Deputado Luiz Nishimori. Parecer lido Pelo Deputado Reni Pereira, parecer FAVORÁVEL – APROVADO. 09) Projeto de Lei nº 708/07 – Autor Poder Executivo – Mensagem nº 046/07, que aprova abertura de crédito especial no valor de R\$ 6.534.418,00 (seis milhões quinhentos e trinta e quatro mil, quatrocentos e dezoito reais), ao vigente orçamento da Secretaria de Estado da Ciência, Tecnologia e Ensino Superior. Relator Deputado Reni Pereira. O Governo teve a preocupação de buscar um parecer da Procuradoria esclarecendo que esse fundo só pode ser utilizado para aplicar em programas e projetos de pesquisa e não para custeio. Projeto muito bem embasado e subsidiado por várias instâncias do Poder Executivo. Nós, as vezes criticamos, quando os projetos chegam aqui incompletos, contudo, desta vez este projeto veio completo. Parecer FAVORÁVEL – APROVADO. Voltamos agora ao item 01) Projeto de Lei nº 325/07 – Autor Deputado Nereu Moura (Anexo Projeto de Lei nº 187/06), que acrescenta no inciso V do artigo 14 da Lei nº 14260/03, a isenção do IPVA ao portador de deficiência auditiva. Relator Deputado Elton Welter. Parecer FAVORÁVEL, na forma da emenda substitutiva geral. O Sr. Deputado Antonio Belinati solicita vistas do projeto em questão. DEFERIDO. 02) Projeto de Lei nº 386/07 – Autor Deputado Luiz Carlos Martins, que autoriza o Poder Executivo a implantar tarifa diferenciada de energia elétrica aos consumidores que utilizam aparelhos de sobrevivência. Relator Deputado Elton Welter. Parecer FAVORÁVEL, na forma da emenda substitutiva geral. Deputado Reni Pereira sugere a anexação deste projeto de lei ao projeto de autoria do Deputado Alexandre Curi que trata da mesma matéria, e principalmente tendo em vista a celeridade processual. O Sr. Presidente informa que oficialmente, a Comissão não tem informações sobre o projeto citado pelo Sr. Deputado Reni Pereira. Contudo, sugiro que votemos o Projeto e posteriormente ele voltará para a CCJ, que, se for o caso

providenciará a anexação proposta pelo Deputado Reni Pereira. Em discussão, em votação APROVADO, na forma da emenda substitutiva geral. 03) Projeto de Lei nº 475/07 – Autor Deputado Plauto Miró, que dispõe sobre tarifa reduzida de energia elétrica, empresas no período noturno. Relator Deputado Elton Welter, que solicita o adiamento deste processo. Adia-se na forma regimental. 04) Projeto de Lei nº 334/07 – Autora Deputada Luciana Rafagnin, que institui o Programa Estadual de Apoio Técnico Financeiro às Casas Familiares Rurais do Estado do Paraná por meio da Associação Regional das Casas Familiares Rurais do Sul do Brasil – ARCAFAR/SUL. Relator Deputado Elio Rusch. Parecer FAVORÁVEL – APROVADO. Parecer lido pelo Sr. Deputado Reni Pereira. Nada mais havendo a tratar, agradecendo as presenças dos parlamentares. Sr. Presidente, pela ordem. Pela ordem, com a palavra o Sr. Deputado Antonio Belinati, Eu gostaria de cumprimentá-lo pela maneira brilhante e que tem conduzido os trabalhos desta Comissão, estando sempre presente aos trabalhos, ao mesmo tempo em que enaltece não existir nenhum projeto de lei parado nesta Comissão. Muito obrigado Deputado Belinati, mas os parabéns são para todos os membros da Comissão, especialmente aos Deputados presentes, o Deputado Dobrandino, Deputado Elton, Deputado Belinati e o Deputado Reni, que sistematicamente estão presentes, relatando no tempo devido os projetos, e nós temos a satisfação de encerrar o ano, realizando as reuniões ordinárias e extraordinárias de acordo com as necessidades e algumas emergenciais. Nada mais havendo a tratar, Presidente encerrou os trabalhos desta reunião, que para constar e produzir os efeitos legais, lavrei a presente ata, que após lida e aprovada será assinada pelo Sr. Presidente e por mim Wilson Penka, Secretário da Comissão.

(aa) EDSON STRAPASSON - Presidente  
Wilson Penka - Secretário

COMISSÃO DE FINANÇAS  
1ª SESSÃO LEGISLATIVA- 16ª LEGISLATURA  
ATA DA 19ª REUNIÃO ORDINÁRIA

Aos vinte e oito dias do mês de novembro de dois mil e sete, reuniu-se ordinariamente a Comissão de Finanças, na sala de reuniões das comissões, às 13h30, sob a presidência do Sr. Deputado Edson Strapasson, mais a presença dos seguintes Srs. Deputados: Antonio Belinati, Elton Welter, Elio Rusch e Dobrandino da Silva. Havendo número legal, o Sr. Presidente declarou abertos os trabalhos. Deputado Elton Welter pede a dispensa da leitura, sendo dispensada e aprovada. A seguir passou-se à Ordem do Dia. 01) Projeto de Lei nº 325/07 – Autor Deputado Nereu Moura, (ANEXO Projeto de Lei nº 187/06), que acrescenta no inciso V do artigo 14 da Lei nº 14260/03, a isenção do IPVA ao portador de deficiência auditiva. Relator Deputado Elton Welter. Parecer FAVORÁVEL – APROVADO, na forma da emenda substitutiva geral. 02) Projeto de Lei nº 475/07 – Autor Deputado

Plauto Miró, que dispõe sobre tarifa reduzida de energia elétrica, empresas no período noturno. Relator Deputado Elton Welter. parecer favorável – aprovado, na forma da emenda substitutiva geral. com voto contrário do Deputado Elio Rusch. 03) Projeto de Lei nº 492/07 – Autor Deputado Artagão Júnior, que autoriza o Governo do Estado do Paraná a isentar os municípios com índice de Desenvolvimento Humano – IDH da contrapartida em convênios de profundo interesse social e/ou caráter estimulante ao desenvolvimento humano firmados com o Poder Executivo Estadual. Relator Deputado Antonio Belinati. Parecer FAVORÁVEL – APROVADO. 04) Projeto de Lei nº 651/07 – Autor Deputado Nelson Justus, que autoriza o Poder Executivo a atribuir ao Professor titular aposentado até 31/12/95, a gratificação de incentivo concedida ao docente catedrático. Relator Deputado Antonio Belinati. Parecer FAVORÁVEL – APROVADO. 05) Projeto de Lei nº 748/07 – Autor Alexandre Curi, que define o limite das obrigações de pequeno valor a que alude o parágrafo 3º do artigo 100 da Constituição Federal, alterado pelas Emendas Constitucionais nº 030 de 13/09/00 e nº 031 de 12/06/02, e estabelece outras providências. Relator Deputado Dobrandino da Silva. Parecer FAVORÁVEL – APROVADO. Neste momento, assume a presidência o Sr. Deputado Antonio Belinati. 06) Projeto de Lei nº 633/07 – Autor Deputado Edson Strapasson, que dispõe sobre a divulgação de publicidade oficial através de jornais alternativos. Relator Deputado Luiz Nishimori. Parecer lido FAVORÁVEL pelo Deputado Elton Welter. Em discussão. Para encaminhar a votação, passo a palavra ao Sr. Deputado Edson Strapasson, que salienta que o Governo do Estado deverá aplicar no mínimo 10% (dez por cento) dos recursos aplicados em publicidade para os jornais alternativos regionais. Isso quer dizer: As pessoas não tem acesso aos jornais de grande circulação. Desta forma é importante o Governo fazer a publicidade nestes jornais de pequena circulação, que as vezes são distribuídos até gratuitamente. Encerrada a discussão, foi o Projeto de Lei APROVADO. Deputado Elton Welter, requer a inclusão na pauta do item 07) Projeto de Lei nº 696/07, Autor Deputado Durval Amaral, que dispõe sobre o incentivo ao desenvolvimento aéreo no interior do estado. Deferido. Relator Deputado Elton Welter. Parecer FAVORÁVEL – APROVADO. Reassume a Presidência o Sr. Deputado Edson Strapasson. Agradeço a condução dos trabalhos pelo Deputado Antonio Belinati. Deputado Elio Rusch, requer a inclusão na pauta de mais dois projetos de lei, um de autoria do Deputado Stephanes Junior e outro do Deputado Valdir Rossoni. Deferido. 08) Projeto de Lei nº 581/07, autor Deputado Stephanes Júnior, que cria o Programa Estadual de Estágio Educacional de Trabalho para Educandos das Escolas Especiais do Estado do Paraná. Relator Deputado Elio Rusch. Parecer FAVORÁVEL – APROVADO. 09) Projeto de Lei nº 703/07, autor Bancada de Oposição (Deputado Valdir Rossoni), que altera a Lei nº 15608, de 16 de agosto de 2007, que dispõe sobre licitações, contratos e convênios no Estado do

Paraná. Relator Deputado Elio Rusch. Parecer FAVORÁVEL – APROVADO. Solicito aos Srs. Deputados se existe mais algum projeto de lei para ser relatado. Nada mais havendo a tratar, Presidente encerrou os trabalhos desta reunião, que para constar e produzir os efeitos legais, lavrei a presente ata, que após lida e aprovada será assinada pelo Sr. Presidente e por mim Wilson Penka, Secretário da Comissão.

(aa) EDSON STRAPASSON - Presidente  
Wilson Penka - Secretário

COMISSÃO DE FINANÇAS  
1ª SESSÃO LEGISLATIVA- 16ª LEGISLATURA  
ATA DA 20ª REUNIÃO ORDINÁRIA

Aos doze dias do mês de dezembro de dois mil e sete, reuniu-se ordinariamente a Comissão de Finanças, na sala de reuniões das comissões, às 11h00, sob a presidência do Sr. Deputado Reni Pereira, mais a presença dos seguintes Srs. Deputados: Elton Welter, Elio Rusch e Dobrandino da Silva. Mais a presença do Sr. Deputado Stephanes Júnior. Havendo número legal, o Sr. Presidente declarou abertos os trabalhos, solicitando ao Deputado Elio Rusch que procedesse a leitura da ata da reunião anterior, o Deputado Elton Welter pede a dispensa da leitura, sendo dispensada e aprovada. A seguir passou-se à Ordem do Dia. 01) Projeto de Lei nº 754/07 – Autor Deputado Nelson Justus, que concede isenção do pagamento de taxas estaduais relativas a renovação da Carteira Nacional de Habilitação. (DETRAN). Relator Deputado Antonio Belinati. Parecer FAVORÁVEL – APROVADO. Leitura do parecer realizada pelo Deputado Elton Welter. 02) Projeto de Lei nº 769/07 – Autor Deputado Dr. Batista, que dispõe sobre o parcelamento de multas de trânsito e taxa de estadia do DETRAN, lançados até 31/12/06. Relator Deputado Antonio Belinati. Parecer FAVORÁVEL – APROVADO. Leitura do parecer realizada pelo Deputado Elio Rusch. Nesse momento, o Deputado Edson Strapasson assume a presidência. 03) Projeto de Lei nº 811/07 – Autor Poder Executivo – MENSAGEM Nº 054/07, que altera os dispositivos da vigência da Lei Orgânica do IPVA e aprova tabela de valores venais para o cálculo do referido imposto referente a 2008. Relator Deputado Reni Pereira. Parecer FAVORÁVEL – APROVADO. O Deputado Reni Pereira, solicita a inclusão na pauta do Projeto de Lei nº 272/07. O Presidente defere. 04) Projeto de Lei nº 272/07 – Autor Deputado Artagão Júnior, dispõe que o Secretário de Estado da Fazenda parcelará o pagamento dos créditos líquidos e certos a que o estado tenha direito nos termos da Lei. Relator Deputado Reni Pereira. Parecer FAVORÁVEL – APROVADO. 05) Projeto de Lei nº 751/07 – Autor Jocelito Canto, que revoga a Lei nº 15247 de 11 de setembro de 2006. (Código de Divisão Judiciária). Relator Deputado Luiz Nishimori. Parecer FAVORÁVEL – APROVADO. Leitura do parecer realizada pelo Deputado Elton Welter. 06) Projeto de Lei nº 491/07 – Autor

Deputado Artagão Júnior, que obriga os fornecedores de serviços no âmbito do estado do Paraná a disponibilizarem nas faturas seus endereços completos e dá outras providências. Relator Deputado Elio Rusch. FAVORÁVEL – APROVADO. O Deputado Dobrandino da Silva, solicita a inclusão na pauta do Projeto de Lei nº 560/07. O Presidente defere. 07) Projeto de Lei nº 560/07 – Autor Deputado Artagão Júnior, fica o Poder Executivo autorizado a instituir o Batalhão da Polícia Militar no Município de Fazenda Rio Grande, com atuação no âmbito da comarca e cidades vizinhas na região metropolitana de Curitiba. Relator Deputado Dobrandino da Silva. Parecer FAVORÁVEL – APROVADO. O Presidente indaga se existe mais algum projeto para ser incluído na pauta. O Deputado Elio Rusch, informa que existe o Projeto de Lei nº 556/07. O Presidente defere. 08) Projeto de Lei nº 556/07 – Autor Deputado Geraldo Cartário, que autoriza o Poder Executivo a implantar no município de Fazenda Rio Grande, a Delegacia da Mulher. Relator Deputado Antonio Belinati. Parecer FAVORÁVEL – APROVADO. Leitura do parecer realizada pelo Deputado Elio Rusch. Sr. Presidente. Pela ordem. Pela ordem, a palavra com o Sr. Deputado Reni Pereira. Sr. Presidente, eu gostaria de solicitar que se colocasse em votação a minha solicitação, ou seja, requerimento referente ao Projeto de Lei nº 771/07, que esta em meu poder para relatar. A Comissão elaborou o ofício dirigido ao DETRAN, para que o mesmo nos informe sobre o aumento das taxas do DETRAN. Foi noticiado que tal projeto seria retirado pelo Sr. Governador, porém nada de oficial até o presente momento. Acho que esta Comissão tem por dever de reiterar o pedido de informações. Pois na Mensagem do Governador está claro que a utilização das taxas do DETRAN, tem sido utilizado para construção de rodovias. Nos foi solicitado quais as rodovias que foram construídas e se baixou o índice de acidentes nestas rodovias e também qual é o exato custo de cada um dos serviços do DETRAN. O Sr. Presidente esclarece, que tendo em vista o projeto estar na Comissão com o Relator Deputado Reni Pereira, e ainda, não termos recebido nenhum comunicado oficial sobre a retirada, ou não, por parte do Governo, do projeto em questão. O pedido já foi feito e não há necessidade de refazer tal pedido. A Assessoria deverá cobrar junto ao DETRAN, maior agilidade na resposta do solicitado. Na sequência, o Presidente faz a leitura da sinopse referente às proposições que tramitaram na Comissão durante o ano, também aproveita a oportunidade para agradecer a todos os Deputados presentes e os demais membros da Comissão pelo esforço e empenho na realização dos trabalhos no ano de 2007. Nada mais havendo a tratar, Presidente encerrou os trabalhos desta reunião, que para constar e produzir os efeitos legais, lavrei a presente ata, que após lida e aprovada será assinada pelo Sr. Presidente e por mim Wilson Penka, Secretário da Comissão.

(aa) EDSON STRAPASSON - Presidente  
Wilson Penka - Secretário